

Katarina kartonera



*Negra Anastácia*

***CICATRIZES: ensaio sobre as línguas africanas no  
Brasil***

Evandro Rodrigues

Florianópolis

**Capa feita com papelão comprado na via pública de Florianópolis e pintada à mão, em novembro de 2011, no atelier da Editora Katarina kartonera.**

***CICATRIZES: ensaio sobre as línguas africanas no Brasil***

Evandro Rodrigues

Editor responsável e projeto gráfico: *Evandro Rodrigues*

Conselho editorial: *Sérgio Medeiros e Dirce W. do Amarante*

Webmasters: *Aram Juliano Soares Zap e Sandro Brincher*

RODRIGUES, Evandro. *CICATRIZES: ensaio sobre as línguas africanas no Brasil*. Florianópolis — SC. Ed. Katarina Kartonera, 2011, p. 49

Agradecemos ao autor pela cooperação, autorizando a publicação deste livro.

***Editora katarina kartonera***

Florianópolis — SC

***Contatos e pedidos***

[www.katarinakartonera.wikidot.com](http://www.katarinakartonera.wikidot.com)

Evandro Rodrigues

[goergen.rodriguez@gmail.com](mailto:goergen.rodriguez@gmail.com)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição poderá ser reproduzida sem autorização desta editora.

Consciência sem memória?



## **ÍNDICE**

Introdução, p.7

I– Estudos relativos ao tema, p. 9

II– O projeto Português de colonizar e evangelizar, p.14

III– Dominação e resistência: a identidade africana posta em conflito, p.17

IV– As línguas africanas foram introduzidas juntamente com os seus falantes, p.20

V– As línguas africanas encontradas no Brasil, p.22

VI– Fatos e fenômenos que contribuíram para a extinção das línguas africanas, p.23

VII– A extinção das línguas africanas no Brasil efetivou-se pelo processo histórico de perseguição e repressão, resultado do projeto de implantação do monolinguísmo e pela busca de unidade social-política do país, p.34

VIII– Sobrevivências linguísticas das comunidades africanas, p.40

IX– A comunidade do Cafundó, p.43

Epílogo, p.43

Referencial bibliográfico, p. 46

Nota sobre autor, p. 47



## **INTRODUÇÃO**

Aproveitando a oportunidade de estar estudando no primeiro semestre de 2004, na Universidade Federal de Santa Catarina, a disciplina de sociolinguística, e de ter sido convidado a realizar uma pesquisa dentro desta área da linguística, resolvi procurar entender o que havia acontecido com parte do patrimônio cultural e identitário afro-brasileiro: suas línguas.

A população afro-descendente brasileira é cerca de sessenta e três milhões de pessoas (dados do recenseamento por domicílio de 1996), sendo a maior população negra fora do continente africano, só perdendo em quantidade populacional para o país da Nigéria. O que nos constou primeiramente é o caso de não haver dentro destes sessenta e três milhões de afro-descendentes brasileiros nenhum registro de alguns destes a falar qualquer língua de origem africana, porém, falam o português que é o idioma do colonizador.

Os elementos para descobrir os motivos que levaram ao desaparecimento de suas formas etnolinguísticas, podem ser encontrados quando desdobrar-se o reconhecimento do processo de introdução das línguas africanas e as muitas formas de como se incorporaram e de como foram reprimidas, por exemplo: contato, criouliização, integração ou exclusão, as repressões linguísticas até o glotocídio. Fatos que estão de alguma maneira interligados e que com relação a estas comunidades de origem africanas foram resultado de um processo histórico, político, econômico e social, de dominação promovida pelas sucessivas elites brasileiras. Um processo ideológico que para os negros teve início já a partir do tráfico negreiro, o escravismo, e que se estendeu até os dias atuais pelo processo de homogeneização da língua portuguesa e pela busca da unidade social-política deste país.

Para se chegar a este resultado houve a necessidade de se atravessar barreiras muito fortes, principalmente no que é o cerne desta pesquisa, a falta de bibliografia tornou-se real. Foi então que me deparei com outra pergunta que estava embutida subjetivamente: por que a grande maioria da população do Brasil desconhece a história afro-brasileira?

Lembrando que a carência dentro deste assunto é tão grande que foi admitida pelo governo federal, que somente agora instituiu o ensino de conteúdo de História Africana e da cultura Afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, lei federal 10.639/03. Existe também no município de Florianópolis desde 1994, a lei número 4.446/96 apresentada pelo vereador Márcio Souza, instituindo a obrigatoriedade de conteúdos de história Afro-brasileira nas escolas públicas e particulares de ensino fundamental. Há um forte indício de que ambas as leis tenham tido poucos resultados.

Outra observação que julga-se importante é o fato de no curso de história da UFSC— Universidade Federal de Santa Catarina (até o ano de 2003) não haver sequer uma única disciplina sobre a história africana ou

sobre os afro-descendentes; já houve entre 1979 e 1984, mas desapareceu da grade curricular e uma das justificativas para fechá-la foi justamente a falta de material: "... conforme o professor Dr. Ernesto A. Ruiz que foi um dos ministrantes dessa matéria, faltavam referências bibliográficas para abordar o tema e a disciplina tornava-se desinteressante" <sup>1</sup>.

Pelo mesmo autor deste relatório não havia alguma noção preliminar sobre a problemática e na busca de solução para as respostas a falta de material que tratava a respeito tornou-se enorme, então, durante a coleta de registros, que determinou quase 2/3 desta pesquisa, analisou-se profundamente este fato curioso. Já no primeiro capítulo descreverei quais são as dificuldades que por ventura poderá vir a enfrentar um pesquisador nesta área; os porquês de quase não haver estudos referentes aos afro-brasileiros, principalmente na área da linguística. É importante notar que aí, estará se frisando os caminhos bibliográficos tomados para a realização desta pesquisa e o que está sendo feito hoje com relação ao que aqui está se propondo.

No segundo capítulo tem-se uma abordagem sobre a conjuntura a que o negro estava sendo inserido. Será importante notar o que estava em pauta quando portugueses e africanos tiveram os primeiros contatos, reconhecer os modos de relações que iriam direcionar o projeto de sociedade que estava nascendo, qual era o papel do negro nesta.

Já no terceiro capítulo faz-se uma suscita análise social econômica e cultural sobre estas relações, como se realiza este processo de dominação e resistência, os resultados disto. O conflito gerado pelo contato de comunidades distintas e com interesses distintos, levando a identidade do negro a ser castrada para adaptar-se aos novos códigos. Logo após (IV), "as línguas africanas foram introduzidas com seus falantes" e conseqüentemente "as línguas africanas encontradas no Brasil".

No capítulo seguinte (VI) aparece o tema "Fatos e fenômenos que contribuíram para a extinção das línguas africanas", é uma proposta de interpretação para esclarecer como através de alguns movimentos deu-se a extinção das línguas africanas. É proposta, simplesmente porque é necessário mais fôlego, pesquisas para fortalecer o que será comentado, mesmo que tenham sido registrados estes fatos por alguns estudiosos, é necessário analisar mais registros que confirmem ou sustentem nossas suposições. Porém, são descobertas que são hipóteses muito interessantes, onde se evidencia desde já um desejo de se continuar esta busca em trabalhos futuros.

No sétimo capítulo descreve-se a ação política-social e linguística para a unificação do país, que nos dois sentidos foram fundamentais para efetivar o desaparecimento das comunidades linguísticas africanas no Brasil. Já no VIII capítulo descobre-se as sobrevivências linguísticas de comunidades africanas, o que sobrou em termos de língua dentro deste

---

<sup>1</sup> Garcia, Fábio. **UMBUTU**. In: Revista do Grupo de Trabalho de Etnia Gênero e Classe (GETEGC) da Associação dos Professores da UFSC. Florianópolis, 2004. p.5



processo, como (IX) como a comunidade do Cafundó, e por último um epílogo.

## I – ESTUDOS RELATIVOS AO TEMA

A partir de delimitada a problemática, “como foram introduzidas, incorporadas e reprimidas as línguas africanas no Brasil?”, o primeiro passo necessário era coletar materiais e selecionar aqueles que serviriam como base para o estudo sobre estas comunidades linguísticas.

Porém, o difícil deste trabalho é encontrar material adequado, pois, observa-se que a maioria dos estudos registrados sobre os negros no Brasil ficaram em um plano muito superficial, deixaram a desejar elementos mais profundos a respeito das estruturas culturais, de valores, das línguas. Elementos que pudessem constar a cerca da identidade destes povos e de suas relações no tempo-espaço na história do Brasil. E como este trabalho está voltado para área da linguística, a dificuldade evidenciou-se ainda maior devido a poucas produções concernentes ao assunto.

Então, não perdeu-se tempo e a busca realiza-se com a ajuda de outras áreas como da história, sociologia, antropologia e até da economia.

O professor Victor Leonardi em seu livro *Entre Árvores e Esquecimento*, comentando sobre o trabalho escravo de negros e índios no Brasil, descreve que mesmo havendo nesta área alguma bibliografia, estes estudos não significam que sejam eles profundos e para dar suporte a sua idéia ele utiliza-se de uma citação do historiador C.Flamariom Cardoso:

(...) se compararmos a bibliografia brasileira, ou sobre o escravismo do Brasil, como a que se refere às estruturas e a dinâmica escravistas do sul dos Estados Unidos e das Antilhas (principalmente as britânicas), constataremos de imediato graves lacunas, não só ao nível da problemática abordada, como também do ponto de vista da metodologia.<sup>2</sup>

A maior parte dos estudos realizados até aqui, principalmente os “tradicionais”, são relatos muitas vezes sobre dados estatísticos, numéricos, fatos já consagrados e assimilados, repetições, quase sempre com o ponto de vista do vencedor. Aqui não está se desprezando estes documentos, apenas questiona-se a falta de elementos mais consistentes e as relações de juízos de valores tendenciosos embutidos, que há em muitos destes trabalhos.

Um fato são os escassos documentos oficiais, que poderiam ajudar a esclarecer melhor e sanar muitas dúvidas. Por que destes sepultamentos?

Para começar, recorda-se que o Brasil foi o último país do mundo a abolir de fato a escravidão do negro, trezentos anos de trabalho escravo,

---

<sup>2</sup> LEONARDI, Victor. *Entre Árvores e esquecimentos*. Ed. Paralelo 15. Brasília, 1996.

de subjugações, moral, psíquica e física, uma das maiores marcas de violência contra o ser humano praticada neste território.

Rodrigues de Carvalho nos revela um dado muito importante dizendo que, a partir da abolição da escravatura, através da lei de 13 de maio de 1888, no Brasil

(...) houve um sopro da demagogia no sentido de se queimarem os arquivos em que por ventura, se encontrassem provas de ter existido escravos neste país... Ruy Barbosa, Ministro da Fazenda e presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, através de um decreto, mandou queimar todos os papéis, livros de matrícula e documentos relativos à escravidão existentes no Ministério da Fazenda<sup>3</sup>

Esta atitude sem dúvida foi um ato criminoso contra este povo, pois apagar a história da escravidão no Brasil, era também tentar apagar a identidade destes, jogá-los ao esquecimento de si próprio. Eis o decreto despachado pelo Sr. Ruy Barbosa:

(...) consideramos que a nação brasileira, pelo mais sublime lance de sua evolução histórica, eliminou do solo da pátria a escravidão – a instituição funestíssima que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade, inficcionou-lhe a atmosfera moral; considerando que a República está obrigada a destruir esses vestígios por honra da pátria, e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira;

Resolve:

1º – Serão requisitados de todas as tesourarias da fazenda todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda, relativos ao elemento servil, matriculas dos escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulheres escravas e libertos sexagenários, que deverão ser sem demora remetidos a esta capital e reunidos em lugar apropriado na recebedoria.

2º – Uma comissão composta dos Srs. João Fernandes Clapp, presidente da confederação abolicionista, e do administrador da recebedoria desta capital, dirigirá a arrecadação dos referidos livros e papeis e procederá á queima e destruição imediata deles, que se fará na casa da machina da alfândega desta capital, pelo modo que mais conveniente parecer à comissão.

Capital Federal, 14 de dezembro de 1890. Ruy Barbosa.<sup>4</sup>

A queima de arquivo também foi lembrada pela professora Lilia Moritz Schwarcz quando em *Negras Imagens* demonstra sua preocupação com o assunto “memória” e afirmando que, mesmo com estes descasos atroz, é possível reconstruir a história, diz ela:

---

<sup>3</sup> RAMOS, Arthur . *Novos estudos afro-brasileiro*. (...) p.15

<sup>4</sup> Idem p. 15, 16

[...] Por fim, a última intenção foi de alguma maneira demonstrar como, apesar dos estragos que fez Rui Barbosa — que cometeu uma dupla gafe ao dizer que “apagaria o nosso passado negro” e queimaria todos os documentos que encontrou referentes à escravidão, é possível reconstruir, por meio de imagens e documentos, fragmentos de uma história bastante silenciada, mas tão presente entre nós.<sup>5</sup>

O Brasil de hoje, só pode ser entendido se houver uma interpretação sincera do passado. Por sorte, se a informação é de certa forma ocultada por alguns, por outro lado, ela mesma, como por uma regra da história, autodelata-se nas suas façanhas.

Exemplo disso é ver que os povos oprimidos do passado continuam a sofrer visivelmente no presente, neste país de dimensões continentais, constituindo o grande contingente que convive com as exclusões sociais, tanto no campo como na cidade, com números da violência social tão assustador quanto em tempos remotos.

Este estudo pauta-se com auxílio da antropologia, linguística, sociologia, história, entre outros. Isto explicará porque simplesmente a língua sofrera juntamente com seus falantes, portanto, muitos esclarecimentos somente são possíveis com a inter-relação de materiais de várias áreas como as já citadas, para que se possa traduzir alguma coisa, entender dos porquês da exclusão, inclusão ou hierarquização das línguas e de suas respectivas comunidades.

Assim, pode ser possível realizar este estudo de sociolinguística, área que é, no Brasil, carente de estudos sobre as comunidades linguísticas negras, com a contribuição de outros estudos como o da história, que é de extrema importância como a professora antropóloga Lilia Moritz descreve:

A história é mais do que um mergulho em águas escuras. Ela também ajuda a lembrar que não basta exorcizar o passado, e que todos nós somos resultado de uma história particular, cujas marcas não estão em nossos corpos, como as sevícias escravas, mas se inscrevem em hábitos poucos compreendidos em sociabilidades distintas.<sup>6</sup>

Esconder o resultado catastrófico do genocídio e do apagamento de culturas, dos valores, da identidade destas nações e do glotocídio das línguas africanas sempre foi parte das ideologias conservadoras, que se empenharam nas mais amplas esferas para consolidar e reafirmar o estado conservador no Brasil. Sempre foi a mentalidade destes, impor a língua portuguesa como padrão, mesmo que para isto deveriam estigmatizar as outras línguas, baseando-se em discursos preconceituosos e até racistas.

---

<sup>5</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Leticia Vidor de Sousa. *Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP, Estação Ciência, 1996, p.28

<sup>6</sup> Idem, p.28

Por volta de 1888, ano da abolição, podemos encontrar alguém já preocupado com a importância de se estudar estas comunidades linguísticas, Silvio Romero, no livro *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, diz a respeito:

É uma vergonha para a ciência do Brasil que nada tenhamos consagrado de nossos trabalhos ao estudo das línguas e das religiões africanas. Quando vemos homens, como Bleek, refugiarem-se dezenas e dezenas de anos nos centros da África somente para estudar uma língua e coligir uns mitos, nós que temos o material em casa, que temos a África em nossas cozinhas, como a América em nossas selvas, e a Europa em nossos salões, nada havemos produzido neste sentido! É uma desgraça (...) vamos levemente deixando morrer os nossos negros da Costa como inúteis, e iremos deixar a outros o estudo de tantos dialetos africanos, que se falam em nossas senzalas! O negro não é só uma máquina econômica; ele é antes de tudo, malgrado sua ignorância, um objeto de ciência.<sup>7</sup>

Nota-se, porém, que mesmo havendo ao longo dos tempos, defesas como esta, muitas apresentaram-se parciais, com vestígios ainda raciais e preconceituosos, balizados por ideologias como as positivistas, que viam em quase tudo um cunho determinista dos fatos e transformando tudo em ciência, com visões etnocêntricas, em posições privilegiadas de entender. Está presente na defesa parcial de Romero ao dirigir-se às línguas africanas como apenas dialetos ou para o negro como objeto de pesquisa.

Novamente, por que não se estudar as línguas africanas? Alvarez diz que:

Ao meu ver, a falta de trabalhos linguísticos sobre a participação de falantes de línguas africanas na constituição histórica do português brasileiro é um produto das ideologias racistas que marcaram e ainda marcam as atitudes linguísticas, contribuindo para a estigmatização das línguas africanas e das variantes linguísticas afro-brasileiras (assim como à inferiorização de seus falantes), cujo estudo não se valoriza. Acredito ainda que a própria linguagem pode sofrer influências decorrentes de tais atitudes linguísticas discriminatórias (por exemplo a padronização da linguagem, processo que europeiza o português brasileiro). (...) Vimos como as idéias presentes na sociedade foram legitimadas por textos científicos que determinam atitudes linguísticas e, por sua vez, forma e funções da linguagem. Assim, a falta de textos linguísticos sobre um tema específico demonstra uma falta de interesse por parte das instituições acadêmicas, fato que revela um posicionamento que consiste em ignorar uma área de estudos que carece de prestígio por razões ideológicas (cf.astro 2001).<sup>8</sup>

Yeda de Castro, professora da UFBA – Universidade Federal da Bahia, e integrante do comitê científico brasileiro do Projeto Rota do

<sup>7</sup> <http://www.lai.sv./nolan/papers/Alvarez.doc>

<sup>8</sup> Idem

Escravo, na UNESCO, respondendo a pergunta feita pela entrevistadora do Jornal do Brasil “por que pouco se estuda essa influência, se é assim tão profunda?” ela usando a língua banto, como exemplo, responde:

Há pouca informação sobre as línguas banto no Brasil. A posição das nossas universidades é não admitir que línguas sem tradição de letras, sem escritura, pudessem influir numa língua de tradição literária como a portuguesa. Passa-se a idéia de que os africanos só começaram a falar língua de gente quando aprenderam o português, como se antes não falassem língua humana nenhuma.<sup>9</sup>

Mas, mesmo sendo poucos e muitas das vezes polêmicos, houveram pesquisadores que realizaram estudos sobre estas comunidades linguísticas africanas, e um deles é Nina Rodrigues, sendo também influenciado pelas idéias francesas, o positivismo do final de século XIX, assim como a maioria dos intelectuais brasileiros dessa época como Euclides da Cunha com seu também exemplo clássico *Os sertões*.

Nina Rodrigues, é por sinal, uma das mais expressivas fontes de informação sobre o negro no Brasil e será aqui um dos pesquisadores estudados, principalmente o seu trabalho intitulado *Os Africanos no Brasil*, que inclui uma lista de africanismos linguísticos, mesmo que este venha a apresentar idéias segundo as quais, os africanos seriam de raça inferior e que introduziram no Brasil vestígios de uma religião atrasada que se misturou com outras crenças.

Também em 1933, Renato Mendonça, em *A influência africana no português do Brasil*, e Jacques Raimundo com *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, publicaram estas obras pioneiras e chegaram à conclusão de que a maioria dos aspectos que caracterizavam o português brasileiro se deviam à influência das línguas africanas, principalmente ao quimbundo e o iorubá (estas duas línguas seriam usadas no Brasil, período da colonização, como línguas gerais pelos negros, a última na Bahia e a primeira em outros estados). Observa-se que:

Estes livros foram publicados em 1933 (quase 20 anos após a morte do autor Nina Rodrigues), época na qual a ideologia nacionalista, que tinha marcado o movimento modernista desde a década anterior, orientava os estudos filológicos para a busca de elementos autóctones diferenciadores a partir da presença de línguas indígenas e africanas.<sup>10</sup>

Ainda há outros na área da linguística, que este trabalho se auxiliará como o de Serafin da Silva Neto, *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, o mesmo que diz que a unidade linguística no Brasil seria a consequência direta da colonização heterogênea, do contato entre colonos de dialetos diferentes de Portugal, cujos vários falares teriam se mesclado, perdendo as suas respectivas particularidades regionais,

<sup>9</sup> [www.jocarb.com.br](http://www.jocarb.com.br)

<sup>10</sup> <http://www.lai.sv./nolan/papers/Alvarez.doc>

passando pelo processo que descreve como “koiné” na região do litoral até chegar a uma unificação, uma língua geral portuguesa. Sendo assim, esta seria a marca de diferenças entre o português europeu e o brasileiro. Por conseguinte, chegando praticamente ao ponto de negar a participação dos africanos na constituição do português brasileiro:

(...) [os negros e os índios] não tinham prestígio literário porque sua linguagem não os habilitava a isso, não dispunham de prestígio social porque a sua cor, a sua origem e a sua situação econômica os ligava às classes mais humildes da população. Por causa precisamente desta falta de prestígio é que a linguagem adulterada dos negros e dos índios não se impôs senão transitoriamente.<sup>11</sup>

A ideologia deste filólogo reflete uma visão segundo a qual o branco seria superior ao negro etnicamente e culturalmente e o negro não poderia, portanto, ter participado na constituição de uma língua européia e “cultura” como o português. Ideologias como aquelas que se denunciaram anteriormente, como sendo pautadas no preconceito linguístico sob o olhar etnocêntrico do pesquisador.

Entre prós e contras, outros trabalhos foram realizados como os de Arthur Ramos, Florestan Fernandes, Silvio Romero, Roger Bastide e que entrarão nas discussões que se seguirão. A polêmica em torno das línguas africanas é grande, não é intenção aqui neste capítulo prestar um julgamento final, encerrar o assunto, apenas abordar as discussões concernentes ao que aqui está se tratando, mostrando até que ponto já foi pensado e discutido este assunto, revelando os caminhos bibliográficos que serão tomados nesta pesquisa.

## **II– O PROJETO PORTUGÊS DE COLONIZAR E EVANGELIZAR**

Entender o contexto histórico em que estavam inserindo-se os africanos no cenário mundial e na colônia portuguesa (Brasil) faz-se necessário para identificar as condições político-sociais e econômicas vividas por estes e as conseqüentes relações que se pautavam com os mesmos diante do novo mundo o qual estavam integrando-se. Era o momento em que, na Europa, o modelo feudalista da Idade Média começava a sofrer mudanças estruturais, as navegações marítimas enriqueciam a nova classe emergente, os burgueses. Os feudos eram vencidos pela ascensão da burguesia mercantilista, que introduzia o livre comércio e a propriedade privada. Nas cidades e nos campos, aos poucos, impõem-se este novo modelo econômico, começava a surgir o capitalismo com base no trabalho assalariado, é o liberalismo emergente.

Porém, observa-se que o capitalismo em Portugal não foi do tipo burguês e liberal, mas mercantilista e estatal. Este exemplo nos revela que aquelas mudanças descritas anteriormente não ocorreram de maneira

---

<sup>11</sup> SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1963, p. 21

simultânea e igual entre os países europeus, mas assumiram, em relação a espaço e tempo, formas diversas.

A colonização de países recém descobertos é fundamental para fortalecer o mercantilismo, porém, registra-se desde já, a imposição pelos países colonizadores de proibirem as colônias recém “descobertas” de possuir autonomia e avançar em processos modernos de produção, estes ficaram voltados apenas para a produção primária e meramente extrativista, então o sistema escravo e sistemático ressurgiu agora no “mundo novo”.

Mas o mercantilismo mundial e as formas de impor a colonização aconteceram de inúmeras maneiras, Victor Leonardi em *Árvores e Esquecimentos* adverte a respeito da expansão mercantilista, deixando claro que a colonização elaborada por países como Holanda, França, Inglaterra e Portugal, deu-se por meios e modos diferenciados e com múltiplas e distintas relações com os povos colonizados. Alertando seus leitores para que não haja interpretações generalizadas sobre formas de sistema colonial:

O mercantilismo em expansão serviu-se das mais variadas formas de dominação, e não apenas da colônia em sua versão clássica e acabada: o estado colonial. O campo de ação aberto para a burguesia européia nascente, a partir das grandes navegações do século XV, foi tão grande que as soluções encontradas para assegurar um tão amplo e diversificado comércio não podem ser reduzidos a fórmulas rígidas. O colonialismo não se manifestou apenas sob a forma por ele assumida na América portuguesa, ou castelhana. Pelo contrário, diante da rápida multiplicação das mercadorias e dos meios de troca, as metrópoles européias acabaram assegurando sua hegemonia por meios dos mais diferentes. Todos eles, porém, com um mesmo conteúdo, buscando um mesmo objetivo: a subjugação dos povos das regiões economicamente interessantes.<sup>12</sup>

Neste contexto histórico, a igreja católica havia contribuído decisivamente com potências marítimas como Espanha e Portugal. Então, nos mundos recém “descobertos”, assumia-se o projeto de colonizar as terras e evangelizar aqueles que não eram cristãos, ou seja, índios e negros. A participação da igreja católica foi pertinente na formação social-político e econômico das colônias espanhola e portuguesa. Um exemplo é o tratado de Tordesilhas de 1494, em que, num ato de discórdia entre os países colonizadores, o Papa Alexandre VI Borgia manifesta: tudo o que descobrir-se no oeste do Meridiano pertenceria à Espanha e da região leste a Portugal. Basicamente, esta ação definiria o mapa geográfico político da América Latina de hoje. Estas ações conjuntas entre igreja e Estado nem sempre se confirmaram da melhor maneira, os mercados financeiros lucrativos e as formas de exploração levariam ambas as instituições muitas vezes a discórdias e a alternar suas relações.

---

<sup>12</sup> LEONARDI, Victor. *Entre Árvores e esquecimentos*. Ed. Paralelo 15. Brasília, 1996.

Os portugueses eram o grande povo das navegações, num período que vai do século XV até XIX e que expandiu seu império colonial ampliando seus horizontes mercantilistas. O Brasil foi sua mais importante colônia devido aos grandes lucros advindos da agricultura, principalmente da agroindústria canavieira, quando o açúcar constava como um produto do mais alto valor e que formava os pilares de um imenso império para os exploradores, império português, que posteriormente com o fim do ciclo do açúcar, se fortaleceria com a descoberta e exploração do ouro e mais tarde com a produção cafeeira, produtos de imenso valor em suas épocas. Em qualquer um destes produtos citados acima, o Brasil foi o maior produtor em seu tempo, gerando imensas riquezas para a metrópole.

Em *Árvores e Esquecimento* Victor Leonardi descreve que tantas outras matérias-primas seriam exploradas e que ajudariam para o acúmulo de riquezas para Portugal, por exemplo: o pau-brasil, óleos, frutos, carnes, látex etc. Uma diversificada gama de fontes de riquezas, que para explorá-los, os portugueses utilizaram-se dos indígenas e negros como mão-de-obra escrava por longos séculos, sempre desenvolvendo técnicas, modos e meios para efetivar seus interesses.

Neste Brasil colônia, sob o poder da coroa Portuguesa, os negros trazidos da África passaram a viver na sua grande e esmagadora parcela sob a condição de escravo, vivendo sob as formas mais extremas de violência, eram tratados como peça, mercadoria, onde podiam ser vendidos, negociados, leiloados, penhorados, em que muitos chegavam a ser marcados a ferro com a sigla do proprietário. Segundo a professora Lilia Moritz, os fugitivos eram procurados e identificados não só pelas siglas do proprietário marcadas a ferro, mas também pelas cicatrizes que tinham em torno do corpo, resultado das violências praticadas pelos colonizadores.

Os subjugados realizaram as mais variadas funções e difíceis tarefas, da extração da matéria-prima aos serviços artesanais, nas roças, nas madeiras, carpinteiros, pedreiros, enfim. Até mesmo, ao lado de seus senhores como mucamas, amas-de-leite, cozinheiros, condutores de charretes e outras. Nestas últimas, indicam o início de uma maior penetração do negro para dentro da sociedade branca, aumentando o contato e as trocas simbólicas de culturas e experiências entre os mesmos.

Deflagra-se então que o projeto da metrópole no Brasil não foi de povoação, isto se deu ao longo do processo histórico, seu interesse dava-se pela exploração comercial e pela especulação puramente lucrativa. Foi mais um processo de ocupação com finalidades muito fortemente comercial do que religiosa e sem preocupações com resultados futuros. Prova disto foram os genocídios praticados contra os índios e negros, o castramento das identidades destas comunidades para se tornarem escravas, obrigadas a converterem-se ao sistema dominante e abandonar seus valores e sua cultura, inclusive as línguas que falavam, e tudo para adaptarem-se as novas condições impostas.



### III– DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA: A IDENTIDADE AFRICANA POSTA EM CONFLITO

Dentro de tantas controvérsias em escravizar o negro, uma das justificativas dadas pelos colonizadores é de que estes já serviam como mão-de-obra escrava em outros países, principalmente dentro da própria África. Mas esta informação é um tanto deturpada, pois o estado de escravismo possuía muitas faces neste continente, não era na forma sistemática e meramente comercial como fora colocado por Portugal, que desejava realmente a existência da escravidão na sua colônia.

O fato é que no Brasil houve escravidão de seres humanos praticada por estes senhores, e havia quem os defendesse com oportunismos, aproveitando-se das confusões criadas acerca do tema como “o jurista Sepulvera, baseando-se no que chamava de ‘direito natural’, lançando mão da idéia de ‘guerra justa’, a qual permitia aos que eram ‘naturalmente senhores’ o domínio sobre os que eram ‘por natureza servos’...”<sup>13</sup>

Outra justificativa seria a de que, assim como os índios, os negros também não possuíam almas e eram inferiores, seres selvagens de civilizações bárbaras, com isto justificava o direito destes serem tratados como animais e escravizados, de que suas culturas seriam demoníacas e as línguas seriam objetos imperfeitos. Discurso este difundido por muito tempo para garantir e posteriormente em outras épocas para reafirmar o sistema escravocrata e a imposição dos valores brancos.

Mas havia quem defendesse o contrário, vejamos o que diz o frei dominicano Las Casas: “aqueles que afirmam que os índios são bárbaros, responderemos que esses têm aldeias, vilas, cidades, reis, senhores e uma ordem política que, em alguns reinos, é melhor que a nossa”.<sup>14</sup>

Esta mesma declaração dada aos índios pelo frei Las Casas, pode ser perfeitamente interpretada para as civilizações africanas nas suas formas de ser e se organizar. Então, o que foi este sistema escravo senão uma forma violenta de exploração humana, um sistemático “comércio de humanos”?

Posteriormente, a partir do século XVII, o negro tornou-se uma moeda no capital especulativo, alimentado pelos senhores propagandistas e investidores do tráfico comercial negreiro, que envolvia consideráveis quantias em dinheiro, chegando, em certa época, este negócio ser muito mais lucrativo que a própria cultura do açúcar.

Por “último”, após a abolição da escravatura e a proclamação da república no Brasil, o negro é abandonado no campo e nas cidades, fazendo parte das classes excluídas e continuamente marginalizadas, dos quilombos às favelas. Praticamente e continuamente impedido de viver como pessoa.

---

<sup>13</sup> Apud. *Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP, Estação Ciência, 1996, p.28

<sup>14</sup> idem

Os negros em todos estes períodos para melhor se adaptar às novas condições, foram obrigados a aceitarem a cultura de um mundo desconhecido, passam a ser receptores de outras culturas, valores e línguas e estas transformações foram profundas. Foram impedidos de viver sua própria cultura, começam a ser desculturizados.

O importante desta descrição é discutir como estes modos e meios de produção iriam transformar as vidas dessas pessoas, e para entender melhor utiliza-se da ciência econômica para discutir uma melhor interpretação, seguindo-se pela idéia Marxista do materialismo histórico, referente ao que diz sobre infraestrutura (base) e superestrutura. Neste conceito, a infraestrutura é entendida aqui como sendo a base econômica de uma determinada sociedade e a superestrutura por ser a forma de estado e consciência social.

Segundo Tom Bettomore, Marx em *A ideologia alemã* dá uma primeira formulação desta idéia, onde há referência à "organização social que nasce diretamente da produção e do comércio, as quais, em todas as épocas, constituem a base do Estado, e do resto da superestrutura das idéias".<sup>15</sup> Porém, Tom Bettomore observa que no livro *O Dezoito Brumário* de Marx, este conceito não é apenas usado para indicar dois níveis da sociedade, que são independentes, o estado e a consciência, mas também como sendo uma visão de mundo, de classe, como diz Marx:

(...) sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimento, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e formados peculiarmente. Toda a classe cria e forma esses elementos a partir de suas bases materiais e das relações sociais que eles correspondem.<sup>16</sup>

A interpretação de Tom Bettomore é de que, neste discurso marxista, a estrutura econômica não é concebida somente como um conjunto dado de instituições, unidades produtivas ou condições materiais, mas também da soma total das relações de classe que se estabelecem, e em consequência disto, qualquer conjunto particular de relações econômicas determina a existência de formas específicas de Estado e da consciência social que são adequados ao seu funcionamento, então, qualquer transformação na base econômica de uma sociedade leva a uma transformação da superestrutura.

O mesmo ainda nota que embora a produção "espiritual" (superestrutura), seja determinada pelas formas históricas de produção material, a produção espiritual exerce influência recíproca sobre a base material. A superestrutura não é mero reflexo da base econômica.

Em *O capital*, quanto à objeção de que a determinação econômica só se aplica ao sistema capitalista e não ao feudalismo ou à antiguidade

---

<sup>15</sup> GUIMARÃES, Antonio Monteiro; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 454

<sup>16</sup> Idem., p. 28 e 29

clássica, onde o catolicismo ou a política teriam tido o principal papel, Marx reafirma o princípio da determinação, dizendo que “a Idade Média não podia viver do catolicismo, nem o mundo antigo da política”, mas acrescenta que “é o modo pelo qual a subsistência era assegurada que explica porque num caso a política e, no outro o catolicismo desempenharam o papel principal”. Ou seja, a determinação da infraestrutura não reduz a política e as idéias a fenômenos econômicos. Esse aspecto tem sido qualificado como a “autonomia relativa da superestrutura”.<sup>17</sup>

Longe de querer transcrever estas citações para encerrar esta problemática, mesmo porque cairia no mesmo erro que muitos marxistas reducionistas caíram, ao usar de determinismos para explicar os efeitos que se dão entre estas relações, entre estas instituições que são complexas, o que se pretende agora é ressaltar o entendimento de não se aceitar que a trajetória de uma sociedade, em determinado período histórico, seja concebido puramente como resultado de certa “ordem natural”. Existem por detrás de qualquer relação social confrontos simbólicos, entre interesses pessoais ou coletivos, econômicos e culturais, valores que produzem diferenças entre os seres humanos. Estas relações destas comunidades são de extrema importância para entender não só as condições econômicas e sociais como também linguísticas, como diz Labov: “Para nós, nosso objeto de estudo é a estrutura e a evolução da linguagem no seio do contexto social formado pela comunidade linguística”.<sup>18</sup>

Esta conclusão de Labov surge devido à nova postura da linguística, que entende a língua não como um fenômeno abstrato como pensava Saussure (a língua entendida nela mesmo e por ela mesmo), mas sendo um fato social, a variação da língua depende das condições externas. Meillet um precursor desta discussão diz que: “Por ser a língua um fato social, resulta que a linguística é um a ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social.”<sup>19</sup>

O negro ao ser deslocado da África choca-se com outro mundo, outra realidade que não a sua, muitos códigos alternaram-se neste caminho, os valores que foram pautados são outros, muito de sua cultura, costumes e hábitos procuraram adaptar-se a esta nova realidade e a língua como veículo de comunicação, no processo de identificação com o meio, sofrerá também transformações.

Assim iria se pautar longos séculos de luta, que a grande massa populacional de africanos aqui no Brasil realizaram para não se subjugar como classe inferiorizada e para não aculturar-se, para não perder suas raízes mais antigas a qual estavam ligados.

---

<sup>17</sup> Apud. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p.29

<sup>18</sup> CALVET, Jean-Louis. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Parábola: São Paulo, 2002, p.32

<sup>19</sup> Idem, p. 16

Mesmo com o processo de escravismo, em que o negro fora arrancado à força de sua terra, apartado de suas famílias, transportado para um “novo mundo”, integrado a uma sociedade hierárquica de classes: senhores X escravos, sendo subjugados economicamente e socialmente, destruído o seu antigo meio, sua comunidade aldeã ou tribal, suas organizações políticas, as formas da vida familiar, impedindo a subsistência das estruturas sociais nativas, estes, como verdadeiros guerreiros iriam lutar por muitos séculos contra sua aculturação, como Roger Bastide observa:

Mas a civilização do negro estava ligada a essa sociedade; ela constituía a expressão autêntica dessa sociedade, seja o seu reflexo como o querem os marxistas, ou a sua fonte viva. E eis que esta civilização era arrancada de sua base morfológica e institucional para flutuar de algum modo no vácuo. Portanto, não corria o risco de desaparecer simultâneamente com a sociedade, nessa transformação radical das antigas condições de vida? De desaparecer também ao mesmo tempo os quadros sociais que até então a condicionavam? Isso porém não é o que se passa; sem dúvida esta civilização precisou adaptar-se aos novos quadros econômicos e sociais, à monocultura, à escravidão, à família do senhor de engenho, mas subsistiu. Tudo se fez como se uma fenda se abrisse entre os diversos níveis da sociologia em profundidade, no estágio dos símbolos, alargando-se para deixar intactas em grande parte as representações coletivas, enquanto desmoronavam as estruturas e as normas que as sustentavam.<sup>20</sup>

Isto quer dizer que mesmo com a base econômica determinando a superestrutura, colocando em estado de choque as identidades africanas dos negros na colônia, eles resistiriam por muitos anos contra sua aculturação e manteriam um enorme complexo cultural de identidade, de valores trazidos da África e como falantes de línguas africanas.

#### **IV– AS LÍNGUAS AFRICANAS FORAM INTRODUZIDAS JUNTAMENTE COM SEUS FALANTES**

As chegadas de negros no Brasil constam em momentos diferentes, datas que vão desde o início do século XVI até meados do XIX. Os grupos mais representativos em termos numéricos foram os sudaneses e os bantos. Foram deslocados primeiramente para a província de São Vicente (hoje uma cidade no estado de São Paulo), da Bahia e de Pernambuco. Posteriormente, encontravam-se nas regiões de Goiás e Minas Gerais e depois em todas as regiões do Brasil. Um dado importante é que dos trazidos em navios negreiros 20% morreriam nas viagens.

Há muita confusão em torno deste assunto, os números não são definidos com precisão, devido à dificuldade de se encontrar registros. E

---

<sup>20</sup> BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. Ed. Sao Paulo: Pioneira, 1985, p. 64

também porque muitos daqueles foram capturados em diversas regiões distintas da África, e por serem embarcados juntos receberiam o mesmo nome, por exemplo: aqueles embarcados na costa de Mina eram designados aqui por Minas.

Um dado unânime entre os estudiosos brasileiros é que dentro deste período escravocrata os portugueses trouxeram para sua colônia, o Brasil, a partir do século XVI até 1850, data oficial do fim do tráfico negreiro, cerca três milhões e seiscentos mil negros oriundos de diversas regiões do continente africano.

Utiliza-se agora neste texto de duas fontes de pesquisa importantes que ajudarão melhor entender sobre a origem dos negros, dentro dos respectivos estados africanos, com seus dialetos e mais as suas localizações no mapa brasileiro, após a introdução neste território. Transcreve-se em citações: a primeira retirada do livro *Negras Imagens*, que é uma compilação de estudos antropológicos, feito por professores da Universidade do Estado de São Paulo (USP) e organizado pelas professoras Lilia Moritz Schwarcz e Letícia Vidor de Sousa Reis:

Entre os principais grupos, dois se destacam em termos numéricos: Bantos e os Sudaneses. Os Bantos englobam as populações oriundas das regiões localizadas nos atuais Congo, Angola e Moçambique. São os angolas, caçanjes, benguelas e outros. Deste grupo, calculou-se que tenha vindo o maior número de escravo. Foi também o que maior influência exerceu sobre a cultura brasileira, tendo deixado marcas na música, na língua, na culinária e etc. Os bantos se espalharam por quase todo o litoral e pelo interior, principalmente em Minas Gerais e Goiás. Sua vinda começou em fins do século XVI e não cessou até o século XIX. Os Sudaneses englobam os grupos originários da África Ocidental e que viviam em territórios hoje denominados como Nigéria, Benin (ex. Daomé) e Togo. São, entre outros, os iorubás ou nagôs (subdivididos em Quetos, Ijexá, Igbá, etc.), Jejes (Eué ou Fon) e os Fonte – axantes. Entre os Sudaneses, também vieram alguns de nações islâmizadas como os Haussás e Mandingas. Essas populações se concentraram mais na região açucareira entre Pernambuco e Bahia, e sua entrada no Brasil ocorreu em meados do século XVII até meados do século XIX.<sup>21</sup>

E esta segunda:

A presença de línguas africanas no Brasil está diretamente associada ao tráfico de escravos que, por mais de três séculos sucessivos, de 1502 a 1860, introduziu no país por volta de 3.600.000 africanos, de origem diversa: 'sudaneses', da região situada ao norte do equador (ciclo da Guiné, século XVI); 'bantos', ao sul do equador (ciclo do Congo e de Angola, século XVII); 'sudaneses', novamente, da costa ocidental (ciclo da costa da Mina, início do século XVIII, e ciclo da baía do Benim, meados do mesmo século); no século XIX, chegam escravos de todas as regiões,

<sup>21</sup> Apud. *Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP, Estação Ciência, 1996, p.197,198.

predominando os originários de Angola e Moçambique (Mattoso, 1982). Não se pode precisar o número das línguas que aqui aportaram, mas sabe-se que na área atingida pelo tráfico são faladas por volta de 200 a 300 línguas, uma pequena parcela do conjunto lingüístico africano que conta com mais de 2000 línguas, segundo o inventário mais recente (Grimes, 1996). Elas são originárias, essencialmente, de duas grandes áreas:

a) área oeste-africana - caracterizada pelo maior número de línguas, tipologicamente muito diversificadas:

(i) 'oeste-atlântica' (fulfulde, wolof, serer, temne...);

(ii) 'mandê'(mandinga, sobretudo);

(iv) 'benuê-congo', principalmente os falares iorubá designados no Brasil pelo termo 'nagô-queto', nupe (tapa), igbo, ijo;

(v) 'chádicas'(hauçá) e ainda

(vi) 'nilo-saariana'(canúri).

b) área banto — limitada à costa ocidental (atuais Congo, República do Congo e Angola), e só mais tarde à costa oriental (Moçambique) — caracterizada por um número reduzido de línguas, tipologicamente homogêneas, mas falada por um número maior de cativos: (i) quicongo (H10), falada pelos bacongos, numa zona que corresponde ao antigo Reino do Congo; (ii) quimbundo (H20), falada pelos ambundos, na região central de Angola, correspondendo ao antigo reino de Ndongo; (iii) umbundo (R10), falada pelos ovimbundos, na região de Benguela e Angola<sup>22</sup>.

## **V – LÍNGUAS AFRICANAS ENCONTRADAS NO BRASIL**

Ainda não se tem números bem definidos a respeito da quantidade de línguas africanas introduzidos juntamente com estas comunidades no Brasil, nem mesmo se chegaremos, a saber. Mas, como lemos anteriormente, sabe-se que vieram de uma área onde havia cerca de 200 grupos etnolingüísticos distintos, de um total de mais de 2000 existentes no continente africano.

Porém, mesmo com as imprecisões, estes "dialetos" constituíram-se já desde sua chegada números bastante significativos. Em uma pesquisa feita na internet encontra-se a respeito três registros importantes do período colonial sobre línguas africanas presentes no Brasil, um do século XVII e outro do século XVIII:

I-A Arte da língua de Angola, oferecida à Virgem Senhora N. do Rosário, Mãe e Senhora dos mesmos Pretos, pelo P. Pedro Dias da Companhia de Jesus, publicada em Lisboa em 1697, de 48 páginas, é a gramática da língua quimbundo – a primeira sobre essa língua – elaborada a partir da observação da língua utilizada em Salvador pelos escravos oriundos de Angola. Acredita-se que esses seriam numerosos, pois o Padre Vieira afirmava que, nos anos 60, haviam 23 000 escravos africanos catequizados na língua de Angola. Esta gramática destinava-se a facilitar o trabalho dos jesuítas que

---

<sup>22</sup> [www.labeurb.unicamp.br/ellb/africanas/linguas](http://www.labeurb.unicamp.br/ellb/africanas/linguas)

lidavam com os negros, com o objetivo de facilitar-lhes o aprendizado dessa língua, visto que não havia ainda nenhuma gramática sobre o quimbundo. II- *Lingoa geral de Minna*, traduzida ao nosso idioma, por Antonio da Costa Peixoto, Curioso nesta Siencia, e graduado na mesma faculdade: E.<sup>o</sup> — é o título que aparece no frontispício do manuscrito *Obra Nova da Língua Geral da Mina*, redigido em Ouro Preto, em 1731/1741, por Antonio da Costa Peixoto. Esse documento retrata uma situação lingüística particular, resultante da concentração, no quadrilátero mineiro de 'Vila Rica' - Vila do Carmo — Sabará — Rio dos Montes", de 100 000 escravos, originários da costa do Benim (designada 'Mina' e situada, grosso modo, entre Gana e Nigéria). Essa situação deu origem a um falar veicular tipologicamente próximo das línguas africanas dessa mesma costa. Atualmente, as línguas faladas na região de origem dos escravos estão classificadas no subgrupo 'gbe', do grupo 'kwa', da família Níger-Congo. Nesse subgrupo há uns 50 falares, dos quais os mais conhecidos são o ewe, o fon, o gen, o adja, o gun e o mahi...<sup>23</sup>

Em outra fonte, Nina Rodrigues revela através do seu livro *Os africanos no Brasil*, uma variedade de línguas africanas registradas e muito estudadas por ele mesmo, e que algumas destas, ele mesmo afirma ter tido contato pessoalmente em vida, entre outras: nagô-iorubá, quimbundo, Grunche, Jeje, Haussá, Kanúri, Tapa.

## **VI— FATOS E FENÔMENOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A EXTINÇÃO DAS LÍNGUAS AFRICANAS NO BRASIL**

Os encontros e desencontros entre as comunidades linguísticas africanas e com outras línguas que não do grupo africano, mais as ações dos estados tanto do governo da colônia como o do império ou da república, deixaram alguns vestígios. E é por estes, que o relatório irá se pautar, dentro de uma linha de tempo, descrevendo fatos e fenômenos importantes que contribuíram para desprestigiar e causar a extinção destas línguas africanas que aqui existiam.

Este processo desenrola-se ao longo de séculos, por muitos fatos isolados, relativos e até simultâneos, é um processo extremamente complexo que torna difícil um encerramento desta discussão. São casos que variam em tempo e lugar, sem documentações precisas, pouquíssimos registros, e que não houve critérios fixos para que isto acontecesse.

Sem a intenção de fragmentar, o que inviabilizaria contextualizações, estes fatos e fenômenos serão notados dentro da linha de tempo histórica, através de "passos" significativos, indo desde os primeiros contatos entre portugueses e africanos no continente da África até os dias atuais no Brasil com as sobrevivências linguísticas africanas, descrevendo os caminhos que levaram as perdas linguísticas destas comunidades. Desde já se registra alguns fatos:

<sup>23</sup> [www.labeurb.unicamp.br/ellb/africanas/linguas](http://www.labeurb.unicamp.br/ellb/africanas/linguas)

a) A aculturação africana: começou no continente africano com os primeiros contatos entre portugueses e africanos a mais de 500 anos atrás.

b) Separação dos membros das comunidades linguísticas: por este caso, ocorre o fim da transmissão das línguas e conseqüentemente o esquecimento e as perdas. Suas línguas eram, na grande maioria, usadas apenas através da oralidade; portanto dependia exclusivamente de seus falantes vivos ou que as suas gerações se sucedessem o que não ocorria devido a estas fragmentações. Observa-se que a estimativa de vida dos escravos chegados era na média de apenas sete anos, no que dificultava ainda mais esta transmissão.

c) Pidgin: depois de separados, estes eram misturados nas senzalas formando um espaço estreito e aloglota (com diferentes línguas), no que dificultava a comunicação entre os mesmos, sendo então criada uma língua veicular para suprir esta necessidade.

d) Crioulização: com o contato entre línguas africanas e a língua portuguesa ocorreria trocas lingüísticas, formando um canal de aproximação entre estas, sendo que devido à imposição da oficial prevaleceria o léxico e a estrutura gramatical, por exemplo, a forma sintática do colonizador sobre as chamadas exóticas.

e) Fenômeno de convergência de línguas gerais africanas: devido a suas fragmentações dentro do sistema escravo, por estarem reduzidas e enfraquecidas, as comunidades linguísticas africanas tendiam a conversão. Iorubá foi língua geral na Bahia e quimbundo no restante do país. As línguas de comunidades islamizadas tendiam a convergir para a língua dos Haússas.

f) Integração (conversão para dentro da língua portuguesa): aqui começa o desaparecimento definitivo das línguas africanas, pelos seguintes motivos: a) políticas do estado pela homogeneização da língua oficial e pela unidade político-social do país, através de leis, proibições, repressões, em torno das línguas e das culturas africanas b) ideologias e atitudes que contribuíram para a inserção do negro na sociedade do dominador (paternalismos, teorias como a do "embranquecimento" e da "democracia racial").

(Observação: 1- O item (f) será tratado no capítulo VII, fazendo um fechamento acerca desta discussão sobre os motivos que determinaram o desaparecimento das respectivas comunidades linguísticas. 2- As sobrevivências linguísticas africanas encontram-se no capítulo no VIII, descrevendo o resultado final desta trajetória.)

Como já dito, não faz sentido sistematizar estes fatos, apenas cita-se nesta ordem por motivos didáticos, visualizando o que aqui foi



destacado como sendo importante para esta descrição e obtenção de respostas para a extinção das línguas africanas. Também não é objetivo neste trabalho, analisar minuciosamente estas comunidades africanas num período anterior ao século XVI, data da introdução destes no Brasil. Mas, mesmo que superficialmente, faz-se necessário relatar fatos que ajudarão a desmistificar algumas idéias a respeito da incorporação dos negros, quanto as suas novas possibilidades de realização linguísticas fora da África. Segue-se, então, “a mesma rota” dos escravos para facilitar o trabalho de interpretação de como se deu o processo de desaparecimento das línguas africanas no Brasil.

O continente africano por milênios é habitado por distintas nações africanas, que vão de formas tribais nômades, impérios complexos e outros modos de sociedades. Não eram estas almas perdidas implorando para serem capturadas e salvas. Os negros tiveram o primeiro encontro com os portugueses na África e em Portugal, revelando aí os primeiros contatos e trocas linguísticas, como bem observou Roger Bastide: “sabe-se que, em 1550 perto de 10% da população de Lisboa era composta de escravos negros”. A importância é tal que, com este contato, inevitavelmente, ocorre, como ocorreria mais tarde no Brasil, trocas linguísticas:

Em 1442 Antão Gonçalves levara os primeiros dez negros a Portugal. De 1450 a 1455 o número deles orçava por setecentos ou oitocentos. Posteriormente esse coeficiente aumentou muito, a ponto de surgirem, na literatura, imitações de fala xacoca do negro. Para só falar nos principais, basta lembrar o *Cancioneiro Geral* (ed. De Krausler , I, 1846, pág.172 e III , 1852 , págs.478-9) e Gil Vicente na farsa *O clérigo Da Beira* e nas tragicomédias *Frágoa d'Amore* e *Nau d'Amores. Regateiras de Chiado*. Auto de Vicente Anes Joeira<sup>24</sup>

A importância deste registro é demonstrar que, neste contato entre portugueses e africanos, os mesmos chegaram sofrendo influências linguísticas antes mesmo destas acontecerem aqui. As transformações eram recíprocas, entre português e línguas africanas, porém, a portuguesa viria vencer sobre as chamadas exóticas, mas estas últimas manteriam até hoje marcas deste contato, as influências linguísticas.

As relações entre estas duas comunidades não aconteciam apenas como senhor X escravo, os portugueses segundo Nina Rodrigues, tinham das mais diversas relações com as nações africanas na África, no que facilitaria o convívio e conseqüentemente de imediato as trocas linguísticas entre africanos e o português:

A coroa de Portugal acha-se em relação de Protetora ou Aliada para com muitos príncipes do interior da África Central; o tráfico de escravos é feito não somente na costa como também no mais

---

<sup>24</sup> SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1963, p.36

profundo interior, por grande número de portugueses, por mestiços de origem portuguesa e por negros nascidos em colônia portuguesa. Entre a cidade São Felipe de Benguela, uma dependência de Angola na qual residem um Governador da categoria de Major e um Juiz de Fora, e os presídios de Caconda, Ambaque, Canjango e etc..<sup>25</sup>

Este sistema de tráfico humano realmente tornou-se possível devido à ajuda que os colonizadores receberam dentro deste continente por nações africanas, como alguns nagôs, os haussás e os Akan, estes últimos eram habitantes do litoral africano de língua fanti, que seriam sócios dos portugueses quando estes realizavam o tráfico de escravos. É devido a algumas destas comunidades serem inimigas, que brigavam entre si, convivendo com batalhas inter-étnicas, muitas vezes fazendo umas prisioneiras das outras (não consta que este método fosse aplicado como uma regra geral) que acabaria por facilitar para os portugueses o desenrolar deste esquema.

Mas não eram ajudas cordiais e sim negócios e interesses que se pautavam dentro destas relações, pois, houve sangrentas batalhas nas lutas de resistências entre as diversas comunidades existentes neste território. O que é relevante aqui é perceber que havia uma complexa relação entre estes dois universos, o português e o africano, com diversas formas de organização neste território e que o processo de "aculturação africana" começava já aí, e estava até mesmo institucionalizado neste continente como observa Nina Rodrigues:

Antigamente vinham para Pernambuco, Maranhão e Pará negros das ilhas de Cabo Verde, de Cacheu e Bissau; atualmente, porém, cessou quase de todo esse tráfico; raramente também são importados escravos do governo de São Tomé, onde é considerável o número de negros livres e onde encontram também escolas para os pretos e um seminário para padres pretos, sob a direção do bispo do lugar.<sup>26</sup>

E descreve a que chega esta familiaridade entre estas comunidades:

Os escravos embarcados em Angola e de ordinário, denominados somente angolas, descende das tribos dos ausazes, pimbas, schingas, tembas e, à exceção dos primeiros, são mansos, mais civilizados e estão mais familiarizados com a língua portuguesa que os outros.<sup>27</sup>

Devido aos longos anos de contato com os portugueses, pelas relações que se estabeleceram, sendo o convívio uma maneira sólida de trocar experiências, segundo Serafim Neto, estes já tinham fortes marcas das influências do português, antes mesmo deles aportarem no Brasil:

---

<sup>25</sup> RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. Ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988, p.115

<sup>26</sup> Idem, p. 16

<sup>27</sup> Idem, p.116

Em 1561, no Brasil, os africanos queriam que os jesuítas lhes falassem em português: Serafim Leite, *Historia da Companhia de Jesus no Brasil*, 1938, pág 479. Observa: todavia nota-se que alguns, arrebanhados do interior africano, não saberiam a língua: cp. As expressões negro ladino e negro boçal. Em 1574 esses últimos iam já arranhando o português (serafim leit., hist. II, 353). Os protestantes holandeses doutrinavam aos negros em português (Watjen, *O dominio colonial holandês no Brasil*, 1938, p. 356). Em 1652, passando por Cabo Verde, origem de grande parte de nossos negros, o padre Vieira atestava que 'todos a seu modo falam a [língua] portuguesa'.<sup>28</sup>

Nestas múltiplas relações, pode-se perceber que muitos destes negros antes de vir para o Brasil, já sofriam o processo de aculturação sendo que, alguns deles, falavam uma forma de crioulo ou até mesmo o português. Não há uma constatação acerca da relação quantitativa para que possamos melhor visualizar as proporções disto quanto ao processo das perdas linguísticas por estas referidas comunidades africanas, mas o fato é pertinente e apenas carece de mais estudo.

Victo Leonardi no livro *Entre Árvores e Esquecimento*, descreve que o contato entre português e o negro africano aconteceu um século antes do descobrimento do Brasil. Analisando um caso ocorrido em Portugal, no ano de 1444, descrito pelo cronista Zuara, revela um importante fato: os membros destas comunidades eram "separados" no sistema escravo, e posteriormente seriam incluídos na sociedade branca através de um paternalismo por parte do colonizador. Este método seria transportado posteriormente para o Brasil colonial. Para Leonardi este fato é fundamental para se entender a integração do negro e a formação psico-social deste nosso país. Primeiro o que diz o cronista Zuara, sobre o que aconteceu no dia 8 de agosto de 1444:

(...) filhos foram separados de seus pais, esposas de seus maridos, e irmãos de irmãs (...). Era impossível realizar essa separação sem uma dor extrema. Pais e filhos enfileirados de lados opostos tentavam correr de novo, em direção uns aos outros, com toda sua força. Mães agarravam os filhos nos braços, e se jogavam ao chão para cobri-los com seus corpos, ignorando qualquer ferimento em seus próprios seres, de forma a que pudessem evitar que seus filhos fossem delas separados.<sup>29</sup>

Segundo Victor Leonardi o próprio Zuara descreve a cena como gritante e cruel, mas que este sentia, como muitos deveriam estar sentindo, naquele momento "uma satisfação indescritível ao contemplar a salvação daquelas almas". Para Leonardi "este sentimento de superioridade racial foi uma maneira muito comum de tranquilizar a consciência das elites européias durante um longo período histórico.

<sup>28</sup> SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da lingua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1963, p.38

<sup>29</sup> LEONARDI, Victor. *Entre Arvores e esquecimentos*. Ed. Paralelo 15. Brasília, 1996, p.136

Este ainda descreve que além do paternalismo comum na sociedade colonial, que pode se perceber pelos escritos de Gilberto Freire em *Casa Grande & Senzala*, havia também a idéia pseudo-estética do belo, o que criaria estereótipos de negros, por exemplo, quanto mais claro o negro mais aceito este era, ou, quanto mais preto mais feio o mesmo era. Conceito etnocêntrico também transportado para o Brasil, onde marcaria o negro quanto à inclusão política, econômica e social, principalmente após abolição no sistema republicano (e até mesmo antes), que se utilizava deste método para classificar quanto as suas inclusões, exemplo: o descendente mestiço levava vantagem para garantir certo posto na hierarquia social e do trabalho sobre o de pele mais escura, estigmatizada, o negro. Diz ele: "Os portugueses que vieram para o Brasil nos séculos XVI e XVII trouxeram para o Novo Mundo essa mentalidade que acabamos de analisar, já existente em Portugal no século XV, século de Zuara, antes mesmo do 'descobrimento' do Brasil."<sup>30</sup>

No tráfico de escravos os sujeitos eram capturados e separados das famílias-raízes e após embarcados em navios negreiros, trazidos misturados, grupos linguísticos distintos, nestes vinham homens, mulheres, sacerdotes, agricultores, caçadores, membros de castas hierárquicas, reis, rainhas e principalmente no mesmo navio vinham membros de tribos inimigas.

Neste processo constam dois movimentos: primeiro fundi-los, "ninguém era mais ninguém", o capturado sabia apenas que estava sendo preso brutalmente. Este processo servia para fazê-los perder suas referências e conseqüentemente a sua identidade, para depois torná-lo escravo; segundo: nesta mistura nos navios negreiros, o isolamento de falantes do mesmo grupo étno-linguístico, fora feito para interromper a comunicação entre ambos e conseqüentemente neutralizar uma tentativa dos prisioneiros de articularem rebeliões. No Brasil, além destas separações, eles eram ainda, distribuídos pelas províncias, separados em territórios distintos. Citado por Nina Rodrigues:

Da mesma forma é verdade que, quando o rei do Daomé enviou uma embaixada para Salvador para que esta cidade lhe assegurasse o monopólio da compra de seus escravos, o governador de então escreveu ao rei Portugal um relatório concluindo pela negativa porque não convém que um grande número de escravos de uma só nação se reúna nesta capitania, poderiam resultar perniciosas conseqüências.<sup>31</sup>

Isto revela mais um caso de formas de relações que havia entre portugueses e africanos e uma preocupação em separar os membros destas comunidades, que segundo Roger Bastide: "essas duas políticas não eram, aliás, contraditórias; ao contrário, multiplicando as nações num

---

<sup>30</sup> Idem, p. 138

<sup>31</sup> Apud. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilização*. São Paulo: Pioneira, 1971. p.81

mesmo lugar e organizando-as para lutarem entre si, tinha-se em vista o mesmo resultado: impedir a formação de uma consciência de classe”.<sup>32</sup>

Os casos de separações entre os membros de famílias percebem-se nitidamente no Brasil colônia. Após seus desembarques eram levados para locais de venda, os mercados, daí distribuídos para muitos outros lugares. O critério de divisão era o preço que cada um adquiria segundo estado de saúde, vigor físico, idade etc. Apenas em 1869, proibiu-se a separação de membros da mesma família como, o marido da mulher e os filhos menores de 15 anos. Estas fragmentações de determinadas comunidades lingüísticas, somados ao fato de seus falantes desaparecerem no sistema escravo, não permitia que se sucedessem as gerações; como no sistema escravo os negros tinham estimativa de vida de sete anos apenas, isto deixava as comunidades linguísticas em pedaços.

O sentido de relatar o caso desta fragmentação, “separação dos membros”, é mostrar que nisto ocorrera a dificuldade de manter as línguas troncos vivas, pois para os negros, estas eram principalmente passadas via oralidade, de gerações em gerações. Como diz Nina Rodrigues:

Na África o mais seguro critério para a divisão étnica é o das línguas. Cada povo que possui uma língua imediatamente inteligível a todos os indivíduos que o compõe, constitui uma nação; e assim como uma nação se compõe de um certo número de tribos, assim também cada língua compreende em si os dialetos dessas diferentes tribos. Donde é forçoso concluir a dependência em que estão o conhecimento e do destino ou sorte dos povos e tribos que se falam.<sup>33</sup>

Então, nas senzalas, os negros de comunidades linguísticas distintas mesclavam-se. Anteriormente, divididos para neutralizar a comunicação entre estes, impedir qualquer forma de organização, evitando motins e revoltas e conseqüentemente também torná-los passíveis de aquisição da cultura e valores do colonizador. Tendo neste processo o acentuamento do esquecimento de suas culturas e origens, como Abdou Sané refere-se em sua dissertação de mestrado:

(...) por ser a língua, expressão fundante da condição humana e identitária, emitindo sinais e sons de pertença, os processos de uniformização e padronização de falares anulam ou inibem culturas, performances, experiências sociais. Insidindo nas tradições, percepção do mundo, gestos corporais, inviabilizam identidades, reprimem valores, costumes, modos de viver e de estabelecerem relações entre grupos e seu meio. Neste sentido negam e renegam a própria natureza humana.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> Idem, p. 81

<sup>33</sup> Apud. *Os africanos no Brasil*. Ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988, p.150

<sup>34</sup> SANÉ, Abdou. Universidade Federal de Santa Catarina. *A política sociolinguística do Brasil: uma visão política do falar interétnico*. Florianópolis, 2002. 69 f. Dissertação (Mestrado), p. 3

Tal dificuldade de comunicação gerada nestas senzalas, onde se formava um espaço aloglota, com línguas misturadas, proporcionou para que muitas línguas fossem substituídas rapidamente por formas de falares pidginizadas:

(...) pidgin é uma língua veicular formada entre falantes heterogêneos (aloglotas), geralmente do mesmo tronco linguístico que tem como característica não ser a primeira língua de ninguém: 'é, por exemplo, o que se produziu nos deslocamentos de escravos da África para as ilhas: de origens diferentes, misturados nas plantações os negros não podiam se comunicar em sua língua primeira e tiveram de criar para si uma língua aproximativa, um pidgin'.<sup>35</sup>

Sobre o pidgin não se encontrou nenhum registro de ter havido no Brasil, porém, salienta-se que, pelas condições descritas anteriormente deva ter existido algumas formas e ter sido conseqüentemente mais uma etapa para as perdas linguísticas africanas. Seguidamente, estes falantes para realizar suas comunicações, passariam para uma forma crioula. A possibilidade de ter ocorrido este fato no Brasil, não se descarta aqui. Seguindo as buscas bibliográficas pode-se notar esta hipótese descrita por Pe. Antonio Vieira

[...] como no Brasil, os de Angola, e os da terra... A língua portuguesa tem avesso e direito: direito é como nós falamos, e o avesso é como falam os naturais... meias línguas, porque eram meio políticas e meio bárbaras: meia língua, porque eram meio portuguesas e meio de todas outras nações que as pronunciavam ou mastigavam ao seu modo.<sup>36</sup>

Este ao entender sobre algumas formas de falares como sendo bárbaras, desprestigiando-as e colocando o português como uma língua pura, cai no erro etnocêntrico de avaliação e análise linguística. Porém, o que importa neste trecho é o registro da possibilidade da formação de um falar crioulo-português, na época do Brasil colônia.

O fato da crioulação precisaria ser melhor analisado: "para alguns, um crioulo é um pidgin que se tornou língua veicular (isto é a língua primeira de uma comunidade)".<sup>37</sup> Para Calvet a hipótese que fala de aproximações de Robert Chaudenson é convincente. Sendo que "a emergência do crioulo implica duas coisas: um grupo dominante e minoritário (e a língua desse grupo) de um lado, uma maioria de escravos dominados de outro, sem uma língua comum".<sup>38</sup> Ou seja: na medida em que vão aumentando as relações sociais entre estas comunidades, os minorizados vão adquirindo, através de um hibridismo, a língua do

<sup>35</sup> CALVET, Jean-Louis. *Sociolinguística: uma introdução crítica. Parábola*: São Paulo, 2002, p. 51 e 52

<sup>36</sup> Apud. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1963, p.49

<sup>37</sup> Apud. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Parábola: São Paulo, 2002, p.55

<sup>38</sup> Fonte desconhecida

dominante e quanto mais aquele penetra na cultura deste, mais se aproxima linguisticamente.<sup>39</sup> Observam-se casos onde o crioulo pode se estabelecer como um código separado da língua dominante é o exemplo da ilha de Cabo Verde. Mas o crioulo se caracteriza pelos empréstimos de diferentes códigos em presença, por exemplo, um vocabulário de uma língua dominante e fundado sobre a sintaxe das línguas africanas.

Cabo Verde foi um dos principais locais (portos) estratégicos no antigo tráfico de escravos, daí eram trazidos de vários pontos do continente africano para depois serem distribuídos nas respectivas colônias portuguesas. É aí que acontecia o encontro entre o português com as várias línguas da África, comunidades aloglotas vindas principalmente da parte Ocidental. Os negros contribuíram para o povoamento desta ilha, onde surgia a partir de tal encontro, português e africano, a língua crioula que se encontrará no Brasil no período da colonização. A crioula foi um caso muito pouco percebido no Brasil, pela falta estudos e documentos para comprovação, encontrou-se apenas este, notado por Serafim:

Originários de possessões lusitanas, esses negros já falavam, certamente, um dialeto crioulo-português, pois a nossa língua foi geral nas costas da África durante os séculos XV, XVI e XVII. Infelizmente ainda não se descobriu nenhum documento do linguajar que eles falavam, no Brasil, nos primeiros séculos. Só conhecemos um texto que é claramente imitação da fala de um negro. Está em Silvio Romero, *Silvio: CANTOS POPULARES DO BRASIL*, 2º ed, pág.183, e é aqui apresentado como tal pela primeira vez.

1-Ô boi , dare de banda ,  
Xipaia essa gente,  
Dare p'ra frente...

5-Vem mai p'ra baxo,  
Roxando no chão  
E dá no pai Fidere ,  
Xipanta Bastião...  
Vem p'ra meu banda.<sup>40</sup>

Este é um aspecto que fica aberto, para se pensar como possibilidade de ser mais um fator para o desaparecimento das línguas africanas, como sendo mais um caminho que estas comunidades seguiram para chegar até o português pleno.

Outro passo para o desaparecimento da variedade linguística africana, acontece quando estas variadas línguas ao chegar no Brasil passam pelo fenômeno de conversão às línguas gerais, faladas pela grande maioria dos

<sup>39</sup> “Pidgin: sistema de comunicação linguística que não tem falantes nativos, sempre utilizado, portanto, como segunda língua e que resulta do contato entre grupos falantes de línguas diferentes, língua de comércio, língua de contato. Quando se torna língua materna de uma comunidade, o pidgin passa a ser designado com crioulo.” In.: CALVET, Jean-Louis. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Parábola: São Paulo, 2002, p.169

<sup>40</sup> Apud. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1963, p. 38

que aqui estavam. Na Bahia, o iorubá tornou-se a língua geral, e em outros estados brasileiros a língua quimbundo assumiu a forma de língua geral;

De fato, ninguém iria supor que falassem a mesma língua todos os escravos pretos. Antes, no número das importadas, na infinita multiplicidade e matizes dos dialetos, elas eram tantas que, num exagero quase desculpável, se poderiam dizer equivalentes em número ao dos carregamentos de escravos lançados no país. Em tais condições, tornou-se uma necessidade imperiosa para os escravos negros adotar uma língua africana como língua geral, em que todos se entendessem.<sup>41</sup>

Não se descobriu uma resposta palpável porque algumas destas eram as eleitas. Uma tentativa de se entender era a de que estas tinham o maior número de falantes, os motivos das conversões, era, neste caso, fortalecer-se enquanto comunidade, ficarem mais fortes já que estavam sendo fragmentados:

(...) já o Vicente de Porto Seguro tinha assinalado com precisão o papel da língua geral desempenhado na Bahia pelo nagô, 'Os negros mais conhecidos no Brasil eram os provindos da Costa de Mina, donde eram o maior número que entrava na Bahia e que ficava fronteira e com muí fácil navegação, motivo porque nesta cidade, tantos escravos aprendiam menos o português, entendendo-se uns com os outros em nagô'.<sup>42</sup>

Também ocorreram casos de conversão de línguas entre as comunidades afro- islamizadas para a língua dos Haussás, que tratava-se de uma das línguas africanas mais importantes na África, pela sua extensão territorial e teve amplo uso no Brasil. Porém, foi também uma daquelas que por final convergiu para a língua geral nagô: "não é fácil compreender como uma língua, assim, dotada, pudesse ter sido suplantada no Brasil pelo nagô na preferência para a língua geral dos escravos negros."<sup>43</sup>

Destarte, ao desembarcar no Brasil, o negro novo (recém chegado, que não sabia a língua, nem conhecia os costumes da terra) era obrigado a apreender o português para falar com os senhores brancos, com os mestiços e os negros crioulos, e a língua geral para se entender com os parceiros ou companheiros de escravidão.<sup>44</sup>

Como forma de resistência às repressões, houve também demais outras formas de convergências das línguas. Foi pelo aspecto religioso e um exemplo aconteceu na umbanda onde havia traços africanos, e hoje,

---

<sup>41</sup> Apud. *Os africanos no Brasil*. Ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988, p.122, 123

<sup>42</sup> Idem, p.130

<sup>43</sup> Idem, p.140

<sup>44</sup> Idem p. 123



nos rituais, falam-se apenas em português, devido ao sincretismo religioso, entre negros, portugueses e índios; ao contrário, no candomblé preservam-se, ainda, muitos destes traços africanos, principalmente o nagô-iorubá. O aspecto religioso que teve grande importância como foco de resistência para os negros contra as perseguições que estes sofriam e serviu de canalização de diversos grupos distintos com o mesmo objetivo, fortalecer-se contra o estado de opressão.

Porém, pela dificuldade proporcionada durante a pesquisa, será necessário tratar deste assunto em outra oportunidade. Apenas afirma-se que este fato ocorreu e prova disto está em estudos sobre as religiões afro-brasileiras, cita-se como exemplo bibliográfico.<sup>45</sup>

Nos quilombos, outro foco de resistência, devido a concentração de fugitivos escravos de diferentes lugares, misturam-se os falares e neste espaço também convergem-se às línguas para facilitar a comunicação, como ocorreu no caso da comunidade do Cafundó. Formaram-se muitos quilombos durante o sistema escravo, onde abrigava um número considerável de pessoas de línguas diversas a fazerem as convergências linguísticas para manterem uma comunicação.

Como último caso deste capítulo, trata-se de reconhecer que o sistema escravocrata era tão cruel e gritante que os negros não tinham muitas alternativas a não ser integrar-se (convergir) suas comunidades linguísticas para a língua do colonizador. Estavam condicionados a aprender como sendo o meio mais seguro para suas sobrevivências, tornando-se eles, então, receptores da cultura dominante:

Os valores africanos eram trazidos para um novo mundo, para uma sociedade posta de duas classes: senhores e escravos, dominadores e explorados. As civilizações étnicas eram assim transformadas em civilizações de classe, e isto não podia deixar de exercer sobre elas uma forte influência para remodelá-las e metamorfoseá-las<sup>46</sup>

Abdou analisando este caso seguindo os estudos de Labov, completa:

A população ex-escrava vivia no Brasil em situação de forte pressão social. Do ponto de vista teórico, Labov (1972), estudou a questão e apontou que: 'as pressões sociais se exercem constantemente sobre a língua não a partir de algum ponto do passado, mas sob a forma de uma força social imanente e presentemente ativa'. O autor se interessou muito pelo estudo da mudança linguística não se restringindo apenas a contextos de pressão social. A observação da evolução em diferentes comunidades lhe permitiu desenvolver uma concepção mais global

---

<sup>45</sup> TRINDADE-SERRA, Ordep José. *Dois estudos afro-brasileiros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1988.

<sup>46</sup> Fonte desconhecida

da mudança lingüística, no seio da qual a ação de grupos sociais particulares é posta em evidência.<sup>47</sup>

Os fatos foram registrados, porém, faz-se necessário em todos os casos já citados anteriormente, uma pesquisa mais aprofundada a respeito, para se verificar a dimensão destes processos e analisar as reais proporções a que se chegou.

## **VII– A extinção das línguas africanas no Brasil efetiva-se pelo processo histórico de perseguição e repressão, resultado do projeto de implantação do monolinguísmo e pela busca de unidade social-política do país.**

São as políticas deliberadas pelos sucessivos modelos de estado que determinou o fim destas comunidades, através de perseguições e repressões, no que se refere aos seus valores culturais e lingüísticos, a forçada implantação do português como língua oficial. Tudo para homogeneizar o estado socialmente e politicamente sob seus modelos de dominação.

A idéia de monolinguismo no Brasil não é recente como já se percebeu, existe desde o princípio da colonização, os colonizadores tentaram por séculos homogeneizar o país socialmente e lingüisticamente, pois, enfrentavam muitas dificuldades para inserir-se como nação dominante junto aos índios, faltava-lhes a comunicação, devido a diversidade de línguas indígenas. Padre Vieira descrevia a região amazônica como sendo a “babel amazônica”<sup>48</sup>, e isto impedia a comunicação e um possível entendimento entre colonizador e colonizado. Esta situação iria piorar a partir do início do século XVII com a chegada dos negros africanos e suas dezenas de outras línguas, estranhas ao português e as línguas indígenas:

(...) a evolução histórica dos povos revela que o idioma comum constitui-se em freqüente colaborador na integração social. Entretanto, a homogeneização de idioma das colônias hispano-americanas não impediu a sua fragmentação política em diversas países. Mas, no Brasil há muito fazendo parte da tradição, o idioma comum era entendido como símbolo e um instrumento de integração social, pela facilidade de contato cultural que propicia. (Fiori,1991:112)<sup>49</sup>

Após a expulsão dos jesuítas do Brasil, deflagrando os interesses díspares e divergências entre estado e igreja, os índios passaram ao domínio dos diretórios, que foi até 1789. Os diretórios eram controlados

---

<sup>47</sup> Apud. *A política sociolinguística do Brasil: uma visão política do falar interétnico*. Florianópolis, 2002. 69 f. Dissertação (Mestrado)

<sup>48</sup> Freire, Bessa. “da ‘fala boa’ ao português na amazônia brasileira”, (fonte desconhecida)

<sup>49</sup> Apud. *A política sociolinguística do Brasil: uma visão política do falar interétnico*. Florianópolis, 2002. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado), p.8

pelo Marquês de Pombal. Este ajuda a coroa portuguesa a instaurar uma ampla campanha para eliminar a “língua geral”, uma variante da comunidade tupinambá, do tupi-gurani, que fora utilizada como língua veicular entre índios e brancos. Porém, registra-se, já em 1727, uma lei portuguesa que interditava o uso do tupi-gurani como sendo uma tentativa de impor o português.

Com a vinda da família real em 1808, o país abre suas fronteiras para comercialização internacional, que institui planejamentos e obras importantes para o país como: portos, universidades e bibliotecas, entre outras medidas, por exemplo, algumas destas para abrigar a corte e seus convidados (20.000 vieram junto com a corte). A partir daí

(...) o governo português impunha o monolíngüismo da língua padrão em todo sistema de ensino e na administração, interditando sistematicamente o uso de outras línguas. Com a presença da corte portuguesa no Brasil, esse controle ficou mais forte.<sup>50</sup>

A repressão em torno das comunidades linguísticas efetiva-se, através de múltiplas ações dos estados até os dias atuais. As línguas indígenas foram dizimadas juntamente com seus falantes neste longo processo. Isto, desde a vinda da primeira missão dos padres jesuítas em 1549, que tinham o objetivo de catequizá-los, melhor, “civilizá-los” à moda europeia, em uma fusão de interesse religioso e político, igreja e estado, variando no tempo e espaço. Alguns métodos (outros não) vão-se até os dias de hoje de destruição sistemática das comunidades linguísticas indígenas. Só para lembrar, hoje existem em média 180 línguas indígenas de um total de mais ou menos 800 línguas que havia antes da chegada dos portugueses. Todas estas, mais as dezenas de línguas africanas: grunche, kanúri, tapa, jeje quimbundo, iorubá, e mais outras línguas alóctones, passaram ou passam pelo processo de homogeneização, glotocídio, assassinato de línguas, através de políticas repressivas de exclusão e aniquilamento.

Naquele mesmo ano de 1808 o Rei D. João “criou a secretaria de polícia e organizou a Guarda Real de polícia, nomeado para a chefia, o Major Nunes Vidigal, perseguidor implacável dos candomblés, das rodas de samba e capoeiras”<sup>51</sup>. Estas perseguições transcorreriam por longos anos, até meados do século XX.

Com unificação das línguas em torno do português, a sua oficialização e com a proibição do uso das demais, produziu-se uma estratificação social de sujeitos e de línguas. E é por este viés que as línguas minoritárias como as africanas passaram de línguas naturais a dialetos marginalizados e estigmatizados pela cultura dominante.

[...] o discurso colonial se encontra sempre pelo menos duplamente inscrito e é nesse processo de *différence*, ao negar a ‘originalidade’, que o problema do sujeito colonial deve ser

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> Internet

pensado. Ao se dirigir à questão do etnocentrismo em termos de Derrida, pode-se explorar o exercício do poder colonial em relação à hierarquia violenta estabelecida entre as culturas escrita e oral. Pode-se examinar, no contexto da sociedade colonial, aquelas estratégias de normalização que desempenham uma diferença entre uma linguagem normativa 'oficial' da administração e instrução coloniais e uma forma não-marcada, marginalizada—pidgin, crioula, vernacular— que se torna o lugar da dependência e resistência culturais o sujeito nativo e, como tal, um signo de vigilância e controle.<sup>52</sup>

A imposição da língua escrita como uma prática nas repartições, nas escolas e como critério de inserção social, seria fundamental para estigmatização e o desuso, ou melhor, para o desaparecimento das línguas africanas, pois estas, como já dito, eram realizadas pela prática oral. Em outra entrevista Yeda Castro levanta a questão do prestígio da escrita em relação as línguas africanas:

A resistência para tratar de questões relativas às línguas africanas no Brasil começa, antes de tudo, pelo prestígio atribuído à escrita em detrimento da oralidade, a partir de uma pedagogia vigente no mundo ocidental, que sempre privilegiou o ler e o escrever diante da não menos importante e mais antiga arte do falar e do ouvir.<sup>53</sup>

Uma das formas mais usadas para expandir o português no Brasil eram as imigrações de europeus e principalmente de portugueses para "pulverizar" a língua portuguesa neste território. Este método foi usado tanto no início da colonização como até mesmo depois da proclamação da república do Brasil. Esta última época culminava com fim da escravidão dos negros, com a lei Áurea de 1888. O Brasil precisava, neste período, pensar o modelo do novo estado e a integração dos negros na mesma. E como seria difícil inserir o negro naquela sociedade, pois ainda havia os senhores patriarcais, estes, pela nova proposta deveriam aceitar o negro em sua sociedade não mais como escravos, mas como um cidadão "igual" aos demais, e isto acabava por gerar muitos conflitos.

Surge, então, uma teoria exclusivamente brasileira que procurou minimizar este confronto através da teoria do "embaquecimento". Formulada e aceita por volta de 1889 a 1914, procurou basear-se em conceitos científicos, porém, não deu resultado devido ser extremamente etnocêntrica e racista, que excluía mais ainda ao invés de tentar incluir. Contudo seria importante para os "colonizadores", porque se usou para tentar legitimar a língua europeia como superior, descrevendo as comunidades de origens indígenas e africanas como inferiores, porque dizia que era superior aquele que descendia de raça "pura", branca; como bem observa Thomas E. Skidmore:

---

<sup>52</sup> Apud. *A política sociolinguística do Brasil: uma visão política do falar interétnico*. Florianópolis, 2002. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado) (Bhabha um dos autores que analisou o discurso colonial, em seu artigo "A questão do outro: diferença, discriminação e o discurso colonial")

<sup>53</sup> <http://www.lai.sv./nolan/papers/Alvarez.doc>

(...) a tese do embraquecimento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças 'mais adiantadas' e 'menos adiantadas' e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser inferioridade inata. A suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro — a população negra diminuía progressivamente em relação a branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças, e a desorganização social. Segundo — a miscegenação produzia 'naturalmente' uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas.<sup>54</sup>

Segundo Abdou Sané esta proposta não se concretizou como ciência propriamente dita, porém, foi um instrumento importantíssimo para refutar e estigmatizar as línguas minoritárias presentes no Brasil e criar políticas para imigrações de europeus, para fortalecer em números o grupo dos falantes de português:

o racismo científico da época, como é deveras conhecido, ocupava-se em dar um tom de ciência às afirmativas que se posicionavam pela desigualdade das raças. Nesse contexto, o homem branco 'puro', ou seja, que não apresentasse mesclas de sangue era reconhecido como o tipo racial perfeito, modelo eugênico. Esse era o caso de toda raça branca diante da qual, as outras, por serem destituídas dessa pureza racial, deveriam aceitar a liderança.<sup>55</sup>

Logo após, este momento, surge no cenário o escritor Gilberto Freire com obras literárias importante, entre elas, *Casa-Grande & Senzala* (1933) e com elas um novo conceito de integração racial, a "brasileidade". Muito discutida e posteriormente questionada por ser também etnocêntrica. Este conceito de "democracia racial" apenas incluía portugueses, índios e negros como co-responsáveis para a formação da "raça brasileira", ou seja: o Brasil era formado por uma tríade de raças (negros, índios e portugueses) e que estas davam para o país um caráter de estado miscigenado. Na fusão das três, surgia o brasileiro. Sua interpretação apoiava-se também em teorias científicas de correntes positivistas, na época influente.

Além de excluir as demais comunidades presentes no Brasil, ele também através desta teoria, eliminava as diferenças internas de cada grupo e as externas entre grupos, tentando resumir todas as identidades em apenas uma, coisa que obviamente não daria certo, porque sempre há entre estes grupos as muitas diferenças.

Neste intermédio o negro estava em quase sua grande maioria nas cidades (Gilberto Freire, *Sobrados e Mucambos*), constituindo uma classe marginalizada, porque de fato a inclusão social, política e econômica não

<sup>54</sup> Apud. *A política sociolinguística do Brasil: uma visão política do falar interétnico*. Florianópolis, 2002. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado), p.22

<sup>55</sup> Idem, p. 21

acontecida. Porém, linguisticamente as “minorias” já se encontravam como falantes de língua portuguesa, não havendo mais registro de falantes de línguas de origem africana, os últimos registros são de Nina Rodrigues que datam do período que vai até o abolicionismo, onde ele já descrevia em *Os africanos no Brasil*, os raríssimos casos que poderiam ser encontrados.

Getúlio Vargas em 1930 alcança o poder e ficaria até 1945. Na condição de presidente da República instaura o Estado Novo sob a ordem de modernizar o país e levá-lo ao progresso. Porém, este governo exerceu-se pelo autoritarismo. Num aspecto nacionalista e populacionista, muitas mudanças são feitas nas áreas econômicas, sociais e políticas, com ele:

O nacionalismo ganha ímpeto e o estado se firma. De fato, é ele que toma a si a tarefa de construir a nação [...] No plano cultural e da ideologia, a proibição do ensino em línguas estrangeiras, a introdução da disciplina Moral e Cívico, a criação do departamento de Imprensa e Propaganda (que tinha a seu cargo, além da censura, a exaltação das virtudes do trabalho) ajudam a criar um modelo de nacionalidade centralizado a partir do Estado.<sup>56</sup>

Depois desta fase, quase nada pode se perceber de mudanças significativas, a não ser o golpe de Estado de 1964, dado pelos militares, que perdurou com uma ditadura até 1983 quando deu-se o movimento pelas diretas já.

Em 1988 elaborou-se a nova constituição brasileira, e uma única coisa foi lembrada com relação aos negros, os quilombos foram legitimados como sendo terras pertencentes a afro-descendentes diretos dos quilombolas.

Hoje, a língua majoritária no Brasil é o português, dando a entender a muitos que este é um país monolíngue, sendo que isto não é verdade. Mesmo que esta língua seja considerada por muitos como a língua padrão, conceito tradicional, e seja falada pela maioria da população, no Brasil existem cerca de 200 línguas entre autóctone (língua nativa) e alóctone (língua estrangeira), constituindo então um país plurilíngue e não monolíngue ao que muitos acreditam, tem-se estes dados quantitativos como exemplo:

As pessoas que têm línguas maternas minoritárias no Brasil constituem apenas 0,5% da população total do país, cerca de 750.000 indivíduos. Deste contingente a maior parte, 60%, fala a que é a segunda língua do Brasil em termos demográficos- o japonês. Os 40% restantes, cerca de 300.000 pessoas, distribuem-se pelas outras línguas minoritárias asiáticas (chinês, coreano, árabe, armênio, etc.) e européias (alemão, italiano, polonês, grego moderno, húngaro, ucraniano, lituano, etc.) e pelas línguas indígenas.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> Apud. *A política sociolinguística do Brasil: uma visão política do falar interétnico*. Florianópolis, 2002. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado), p. 24

<sup>57</sup> [www.comconciencia.br/reportagens/linguagem](http://www.comconciencia.br/reportagens/linguagem)

Estas questões sobre monolíngüismos e plurilíngüismos não está apenas no território brasileiro e sim em quase todos os países do mundo. O plurilíngüismo é uma característica que há na grande maioria dos países (não quer dizer que não possa haver nenhum monolíngue); existem no mundo

cerca de 7000 línguas diferentes no mundo distribuídas em menos de 200 países, no que nos dá uma média de mais de trinta por país... Num clima de concorrência frequente entre línguas e formas de comunicação, tudo aponta para o plurilingüismo, conceito complexo, que, como mostra o linguísta francês Calvet (2001), é também, intrinsecamente, um fenômeno de 'estratificação', até mesmo de 'exclusão' ou de 'inclusão', do qual muito se valeram os estados nacionais.<sup>58</sup>

Então, o que se pretendeu descrever neste relatório é que as determinadas ações ideológicas, morais e até físicas contra estas comunidades linguísticas minorizadas, são resultados da história econômica e social do país e que a maior parte das políticas linguística elaboradas até hoje são reflexos deste mesmo quadro, aplicadas pelas elites centenárias para fins de dominação sob os grupos subjugados:

(...) sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade do seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles a Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe.<sup>59</sup>

E mais, que este mesmo processo atua fortemente sobre as línguas minoritárias ainda hoje, como observa Luiz Percival Leme Britto:

Achard, em artigo em que dissera sobre os processos de construção histórica do que chama de 'ideal monolíngüe', identifica uma relação direta entre a escolha de uma variedade e sua normatização e gramatização como estratégia de estabelecimento de uma língua nacional. A conclusão a que se chega evidencia que este mecanismo de uniformização tem evidente intenção político-ideológico dentro do ideal burguês de nacionalidade: 'A língua, promovida a critério de identidade, é tratada de uma certa maneira como a alma das nações e, independentemente de qualquer julgamento de valor, procede do que os positivistas do século XIX

---

<sup>58</sup> Apude. *A política sociolinguística do Brasil: uma visão política do falar interétnico*. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado), p. 3

<sup>59</sup> Idem.

designavam com o termo metafísico: a suposição de uma essência das nações, da naturalidade de povos e das sociedades'.<sup>60</sup>

## **VIII— SOBREVIVÊNCIAS LINGUÍSTICAS DAS COMUNIDADES AFRICANAS**

Como já fora mencionado, os portugueses travaram as mais longas batalhas para consolidar-se como nação dominante, principalmente contra índios e negros. Como mérito, deu-se ao direito de relegar aos seus vencidos todo tipo de opressão e repressão, inclusive contra os valores culturais e linguísticos. E devido a estas repressões, os negros oriundos da África, no Brasil, passaram obrigatoriamente a usar a "língua do príncipe", ou as suas línguas em códigos e em grupos específicos como: a linguagem-ritual usada nos cultos de origem afro e afro-brasileiro e também como "língua secreta", usadas, por exemplo, nos quilombos ou nas comunidades de Cafundó em São Paulo e Tabatinga em Minas Gerais.

E mesmo formada por uma população tão numerosa, não há mais registro de nenhuma daquelas línguas africanas introduzidas no período colonial sendo praticada em "forma plena", ou seja: toda forma de representação existente hoje, estão em grupos pequenos e com um número de léxico bastante reduzido.

Todos aqueles processos descritos nos capítulos anteriores levaram a culminar neste relato "breve" de "línguas africanas" sobreviventes no Brasil de hoje. Nas citações abaixo estarão especificadas o nome, o grupo a que pertencem o local onde é falada, crioula ou não, se tem vínculo religioso ou não, e o que mais puder constar, exemplos:

I— Os cultos de tipo "candomblé" das diferentes "nações" (nagô-quetu, jeje, angola) utilizam diversas línguas: iorubá, em todos os cultos e principalmente na nação nagô-quetu; ewe-fon, nos cultos jeje; quimbundu e quicongo, no candomblé de Angola. No Maranhão, no tambor de mina, há um misto de língua mina-nagô.

II— Nos cultos de umbanda — religião brasileira formada do encontro de cultos africanos e tradições indígenas com o espiritismo e o catolicismo — fala-se português brasileiro "popular", com vocabulário, semantismo e traços morfossintáticos particulares, próprios da "entidade" incorporada pelo médium no estado de transe. (Bonvini & Petter, 1998:78).

III— . por comunidades negras rurais, como forma de resistência cultural foi registrado por duas obras: uma sobre a linguagem do Cafundó, em São Paulo (Vogt & Fry, 1996) e outra a respeito da linguagem da Tabatinga, em Minas Gerais (Queiroz, 1998). Em Minas Gerais há menções sobre situação semelhante no povoado de Milho Verde e em Capela Nova (Queiroz, 1998:32).

---

<sup>60</sup> BRITTO, Luiz Percival Leme. *A sombra do caos: ensino de língua X tradição gramatical*. Campinas: ALB, Mercado de Letras, 1997.



IV– (...) Vogt & Fry relatam a existência em Patrocínio (MG), de uma 'língua' identificada como calunga, com um léxico bastante semelhante ao do Cafundó, mas com um uso bastante distinto: ela é falada por brancos e negros, indistintamente (1996:234-255)... Não há outra notícia de 'língua africana' semelhante.<sup>61</sup>

### Observação:

As comunidades do Cafundó e de Tabatinga mantiveram um reduzido léxico de origem banto que se atualiza dentro da estrutura sintática do português. Seu uso se alterna com o do português local, nas situações em que os interlocutores desejam ocultar de estranhos o conteúdo de suas mensagens.

## IX– A COMUNIDADE DO CAFUNDÓ

Uma equipe de jornalistas registrou a existência de uma comunidade remanescente de escravos negros. Mais precisamente, trata-se da comunidade do cafundó, um bairro localizado no município de Salto de Pirapora, que está a doze quilômetros dessa cidade e cento e cinquenta da capital São Paulo.

(...) a sua 'descoberta' é recente. Data de 1978. Para ser mais exato, dia 10 de março de 1978, quando lá estiveram os primeiros jornalistas. As primeiras notícias apareceram no jornal *Cruzeiro do Sul*, de Sorocaba, e no *O Estado de São Paulo* no dia 19 de março do mesmo ano. Nesse dia também estivemos no cafundó pela primeira vez.<sup>62</sup>

Cafundó é o que pode se chamar de uma comunidade quilombola. Seus integrantes utilizam dois dialetos: o português "caipira" e outra a que classificam como sendo uma "língua africana". Esta é, segundo pesquisadores, de origem Banto, com um léxico da língua quimbundo, e que seus falantes designam como sendo a língua cupópia:

Mas esta língua surge em outra comunidade, na fazenda caxambú, localizada em Sapuraí cerca de 6 km de cafundó. Esta fazenda pertencia em 1872 a um certo Salvador de Almeida Leite, que fez um testamento em que ele declarava ser solteiro e não ter filhos e assim ele dava liberdade a seus escravos bem como lhes deixava a Fazenda Caxambu com tudo que havia nela. Em 1879 ele morre, e o testamento foi cumprido, ficando a fazenda para os negros que ali se encontravam, e passaram de escravos a proprietários. Com a liberdade adquirida, os ex-escravos começaram a produzir e trabalhar em suas próprias terras e em momentos de descontração promoviam festas e bailes que atraíam pessoas de região

<sup>61</sup> [www.labeurb.unicamp.br/ellb/africanas/linguas](http://www.labeurb.unicamp.br/ellb/africanas/linguas)

<sup>62</sup> [www.comciencia.br/reportagem/linguagem](http://www.comciencia.br/reportagem/linguagem)

próximas, de fácil contato como Cocais, Congonhas e Cafundó. Foi nesta fazenda, por intermédio destes encontros, que os antigos escravos começaram a falar no século 19 uma fala cheia de palavras africanas que eles chamavam de 'cupópia'.<sup>63</sup>

A inserção desta língua para a comunidade de cafundó dá-se devido a casamentos entre membros de ambos os grupos, sendo que

No Cafundó, há duas famílias: uma descendente de Antônia e outra descendente de Ifigênia. Caetano Manuel de Oliveira do Caxambu casou-se com Ifigênia do Cafundó, dando início ao relacionamento entre as duas comunidades negras. Isto explica o fato de ser a "cupópia" cafundoense falada apenas pelos Caetano, descendentes de Ifigênia.<sup>64</sup>

Segundo informações, não há mais descendente algum na região da antiga fazenda de caxambú, sendo que muitos se deslocaram para a comunidade do cafundó e outras comunidades próximas.

A respeito desta língua falada em cafundó, tem-se uma informação tirada da internet sobre esta comunidade ser um foco de resistência cultural das línguas africanas no Brasil, dizendo que:

O pesquisador austríaco Gerhard Kubik, com uma tese difusionista, baseada em semelhanças mecânicas de vocabulário, de comportamento, de sons, de construção, de formas de trabalho etc..., faz do cafundó uma verdadeira "aldeia angolana", tão angolana que ele não hesita escrever, conforme anotação do mesmo jornalista Tomazela em O Estado de São Paulo em 9 de fevereiro de 1991: 'o desaparecimento da identidade cultural pela mistura de negros de diversas origens no Brasil é uma tese que caiu por terra com a descoberta da aldeia'.<sup>65</sup>

Além desta comunidade linguística africana, existem aquelas outras citadas anteriormente, sendo elas raríssimas exceções que resistem ao tempo e que necessitam estas de mais esclarecimentos científicos por parte de linguístas.

Uma das hipóteses da comunidade linguística do Cafundó ter sobrevivido é porque o uso da língua africana está intrinsecamente ligado aos cultos religiosos e pelo fato dos falantes desta comunidade ter utilizado a língua portuguesa – caipira para o uso externo, preservando a língua africana para uso interno. As informações sobre esta comunidade são muitas, inclusive encontra-se na Universidade Federal de Santa Catarina uma tese de mestrado sobre a mesma.

Escola Eugenia Anna dos Santos

---

<sup>63</sup> [www.cupopia.hpg.com.br](http://www.cupopia.hpg.com.br)

<sup>64</sup> Idem

<sup>65</sup> [www.comconciencia.br/reportagens/linguagem](http://www.comconciencia.br/reportagens/linguagem)

Por último, considera-se de grande importância neste trabalho o fato de que nos últimos anos começam a ser reintroduzidos os estudos e as línguas africanas no Brasil, e um exemplo disto é o iorubá, uma língua africana falada no período colonial, agora é ensinada na Escola Eugênia Anna dos Santos no estado da Bahia e também na UFBA – Universidade Federal do Estado da Bahia.

## **EPÍLOGO**

As línguas africanas foram introduzidas juntamente com seus falantes, cerca de quatro séculos atrás. Os negros chegaram como condição de escravos, sob dominação do colonizador português. Há séculos vem lutando contra a servidão, exclusão e a sua desculturização. O complexo cultural e identitário africano transportado para o Brasil, sem exageros, foi do tamanho da África. Suas línguas soaram fortemente aos ouvidos de quem estava no Brasil até mais ou menos o período da abolição da escravatura, período em que se registram falantes de língua africana, por Nina Rodrigues.

Destas comunidades africanas, não apenas as línguas sofreram, mas todo o seu conjunto de identidade foi posto em conflito, porque os sistemas de dominação precisavam “metamorfoseá-los, remodelá-los” para o novo sistema social, político e econômico. Foram obrigados a abandonar suas bases morfológicas, de cultura, de costumes, sua línguas, que tinham suas origens na África. Tudo para se adaptar, melhor, salvar-se dentro dos sistemas violentos que se seguiram até mesmo após a abolição. Foram violentados fisicamente e moralmente, basta lembrar-se das senzalas ou daquelas teorias etnocêntricas, dos discursos ideológicos e racistas contra estes. Não estamos falando do negro no passado, mas infelizmente, mesmo com poucos avanços, ainda convive com o preconceito racial, com o “mito da democracia racial”. Vejamos um dado extraído de uma pesquisa do ano de 1998, realizada por pesquisadores da USP – Universidade do Estado de São Paulo:

Você tem preconceito racial?

97% disseram não  
2% disseram sim

Você conhece alguém que tenha preconceito racial?

98% disseram sim  
2% disseram não

Conclusão: “Todo brasileiro se sente como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados”.<sup>66</sup>

Pesquisar sobre as línguas africanas no Brasil, naquele semestre de 2004, a partir da sociolinguística, deu-me condições para pensar o curso de letras como uma ação social e não como uma entidade secreta e “abstrata”. A disciplina de sociolinguística é responsável por isto, pensar as transformações linguísticas com relação às mudanças sociais, nos revelando os mecanismos concretos que se estabelecem durante os contatos entre comunidades linguísticas distintas, respondendo os porquês destas, no caso as africanas, serem minorizadas, reprimidas e excluídas do contexto social brasileiro. As estratificações linguísticas são resultado da estratificação social entre as comunidades, algumas são desprivilegiadas e outras são privilegiadas “Ora, as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes”.<sup>67</sup>

Então, pensando nos sessenta e três milhões de afro-descendentes (dados do recenseamento por domicílio de 1996— IBGE) conclui-se aqui dizendo que, se a língua pode ser utilizada como um mecanismo para a exclusão, igualmente ela também poderá ser utilizada para a inclusão. E este foi o principal motivo que levou as instituições Eugenia Anna dos Santos e a UFBA – Universidade Federal da Bahia introduzir em suas escolas os estudos africanos e afro-brasileiros e principalmente uma língua de origem africana que foi falada no Brasil, o Iorubá.

Um forte indício de existir hoje, no século XXI, este violento preconceito racial apontado pelos pesquisadores da USP, é causado pela falta de informações a respeito desta grande nação que são os afro-descendentes.

No Brasil, não surgiu o brasileiro devido aquela tríade harmoniosa sugerida por Gilberto Freire, mas por muitas outras comunidades que aqui vieram como alemães, italianos, japoneses, entre outros. Todavia, o Brasil não pode ser pensado sua formação sem a nação afro-descendente, está muito fortemente presente na comida, na música, na dança, na literatura, na gramática, na religião e na cor da grande massa do povo brasileiro.

E neste mesmo século XXI, não é apenas os afro-descendentes que sofrem por sua baixa estima quando se fala em identidade, mas o Brasil dos pobres, dos marginais, dos excluídos como um todo. O Brasil, de fato, será democrático quando inseri-los, não só de direito, mas de fato, integrando-os socialmente não como classe marginalizada, mas respeitando a pluralidade e as diferenças. Não são meia dúzia de pessoas, sua representação chega à praticamente 2/3 da população brasileira.

Sejamos favoráveis à aplicação da lei federal 10.639/03 e da municipal 4.446/96 que institui o ensino africano e afro-brasileiro nas escolas de ensino fundamental e médio e penso que, se não está transcorrendo este processo na prática é porque realmente está faltando

---

<sup>66</sup> Apud. *Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP, Estação Ciência, 1996, p.197,198.

<sup>67</sup> Apud. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Parábola: São Paulo, 2002

muito para ser feito, porém, deve-se começar e os primeiros passos já foram dados.

Pessoalmente, lamento que o curso de história da UFSC, tenha recebido o tratamento citado na introdução, quanto à ausência, falta de disciplinas que levem aos estudos sobre os negros. Mas lamento mais ainda que nos cursos de letras não haja nada neste sentido. Portanto, propõe-se, modestamente, que se concretize alguma disciplina, e porque não, o surgimento de um curso de língua africana, como exemplo da Universidade Federal da Bahia que tem o curso de Iorubá. Existe esta possibilidade disto acontecer, pois se existe língua latina, italiana, inglesa, alemã, espanhol, francesa etc; disciplina de literatura portuguesa, inglesa enfim... porque não a africana para sanar tais lacunas?

Claro que para isto acontecer imagina-se as resistências e mesmo que não houvesse teriam as dificuldades, porém, faz-se necessário esta discussão para até mesmo tornar viável a aplicação das leis Federal e da municipal de Florianópolis e fazê-las sentir na comunidade brasileira dando a Universidade Federal de Santa Catarina suportes teóricos e formando profissionais viabilizando o ensino nas escolas fundamental, médio e universitária e para todos aqueles interessados em descobrir sobre a comunidade afro-brasileira. Apagar esta página "negra" da falta de informação é deixar um povo sem memória e sem história!

**"Kinin Kan nbelódo  
irê irêninjê ô irê".** (em nagô-iorubá)

Tradução: O que está na fonte é bom e para bom efeito.

## **REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO**

- BESSA, Freire**, da 'fala boa' ao português na amazônia brasileira (fonte desconhecida)
- BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. Ed. São Paulo: Pioneira, 1985.
- BASTIDE, Roger. *As Américas negras: as civilizações africanas no Novo Mundo*. São Paulo: Difel, 1974.
- CALVET, Jean-Louis. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábolo: 2002.
- FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. 111p.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Ed. São Paulo: Ática, 1978. 2 v.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1998. 569p.
- LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: historia social nos sertões do Brasil*. Brasília: UnB: Paralelo 15, 1996. 431p.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1963.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald; MELATTI, Julio Cesar; FERNANDES, Florestan. *Radcliffe-Brown: antropologia*. Ed. São Paulo: Atica, 1995. 193p.
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. Ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasilia, 1988. 283p.
- SANÉ, Abdou. *A política sociolinguística do Brasil: uma visão política do falar interétnico*. Florianópolis, 2002. 69 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Leticia Vidor de Sousa. *Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP, Estação Ciência, 1996. 236p.
- TRINDADE-SERRA, Ordep José. *Dois estudos afro-brasileiros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1988. 63p.
- VÁRIOS. *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

## NOTA SOBRE O AUTOR



Evandro Rodrigues, nasceu em Ijuí-RS, é Mestre em literatura e editor responsável pela editora Katarina Kartoner. Autor de *Trajeto Kartoner*, editora Katarina Kartoner, 2011.

## ***Editora ecológica***

Os livros da Editora Katarina Kartonera são basicamente feitos à mão, exclusivos, frutos de uma consciência político-social de inclusão, que recicla materiais, como os papelões, recuperando-os ecologicamente e vinculando na produção e comercialização a participação de escritores, catadores e interessados por confecções de livros artesanais.



**Florianópolis / 2011**



## **katarina kartonera**

### Coleção de poesias e narrativas contemporâneas

KK001. ***Ficou gemendo pero ficou sonhando***, (transcruz&sousainvencione al portuñol selvagem), Douglas Diegues, 2008; KK002. ***O Sexo Vegetal***, Sérgio Medeiros, 2009; KK003. ***Peças Sintéticas***, Dirce Waltrick do Amarante, 2009; KK004. ***O Gato Peludo e o Rato-de-Sobretudo***, Wilson Bueno, 2009; KK005. ***Contos Maravilhosos***, Kurt Schwitters, 2009; KK006. ***O Retábulo do Estábulo***, João Pedro Garcia, 2009; KK007. ***A Carne do Metrô***, Rodrigo Lopes de Barros, 2009; KK008. ***Sempre, Para sempre, lá e cá***: Poemas de **Velimir Khlébnikov**, por Aurora Bernardini, 2009; KK009. ***Ventri Loca***, Alai Diniz, 2009; KK010. ***Arte e Animalidade***, Coleção de textos sobre arte e animalidade. Organizadores: Ana Carolina Cernicchiaro, Evandro Rodrigues e Sérgio Medeiros, 2009; KK011. ***Os Chuvosos***, Wilson Bueno, 2009; KK012. ***Fio no Pescoço***, André do Amaral, 2009; KK013. ***Lo que ocurre en silencio***, Andrew Bernal Trillos, 2010; KK014. ***Las Putas Drogas***, Cristino Bogado, 2010; KK015. ***Triplefrontera Dreams***, Douglas Diegues, 2010; KK016. ***Bafo e cinza***, Sérgio Medeiros, 2010. KK017. ***Dez Romances Breves***, Luiz Roberto Guedes, 2010; KK018. ***Mulher Asfalto***, 2011, Lucrécia Paco; KK019. ***Figurantes***, Sérgio Medeiros, 2011; KK020. ***Inferno de bolso***, Eloésio Paulo, 2011; KK021. ***Trajeto Kartonero***, Evandro Rodrigues, 2011. ***CICATRIZES: ensaio sobre as línguas africanas no Brasil***, Evandro Rodrigues, 2011.